



GUILHERME AUGUSTO FARIAS PALOMINO

**A ADERÊNCIA ENTRE AS OFICINAS PROPOSTAS PELO CENTRO DE
REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) CRUZEIRO DO SUL EM
LAVRAS-MG AO PERFIL DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS**

LAVRAS-MG

2019

GUILHERME AUGUSTO FARIAS PALOMINO

**A ADERÊNCIA ENTRE AS OFICINAS PROPOSTAS PELO CENTRO DE
REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) CRUZEIRO DO SUL EM
LAVRAS-MG AO PERFIL DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof. Dr. Denis Renato de Oliveira
Orientador

**LAVRAS-MG
2019**

GUILHERME AUGUSTO FARIAS PALOMINO

**A ADERÊNCIA ENTRE AS OFICINAS PROPOSTAS PELO CENTRO DE
REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) CRUZEIRO DO SUL EM
LAVRAS-MG AO PERFIL DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em 08 de Novembro de 2019
Dr. Denis Renato de Oliveira UFLA
Dra. Lilian Ribeiro de Oliveira CBM

Prof. Dr. Denis Renato de Oliveira
Orientador

**LAVRAS-MG
2019**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo apoio inenarrável durante esta jornada, pelo amparo e proteção.

À Fátima, minha mãe, o meu incondicional amor e gratidão, sempre apoiando minhas decisões quaisquer que fossem. Carinhosa, atenciosa, guerreira, nunca me deixou faltar nada! Absteve-se de muita coisa para que eu chegasse até onde estou atualmente, portanto, devo parte da conclusão desta jornada a ti!

Ao Jorge, meu pai, também pelo apoio, que igualmente a minha mãe, sempre foram o alicerce de minhas decisões quaisquer que fossem. Pela confiança em mim depositada desde pequeno, por me ouvir todas as vezes em que me manifestava. E quem diria que o filho caçula do mecânico humilde, de uma cidade do interior de São Paulo, teria, afinal, ensino superior?!

À Sandra, minha tia, pela ternura desde minha infância, orientando-me com palavras e ações a seguir o caminho correto. Apontando-me que estudar valorar-me-ia, insistindo que apesar das dificuldades agigantadas pela vida, cada passo por menor que fosse, já era um progresso... Já era um começo!

À Daniela, minha noiva, pelo apoio afetivo, pelo ombro amigo, pelo riso que me alegrava e continuará alegrando nessa jornada tão efêmera apelidada por nós de vida. E saber que o acaso, ou destino se preferirem, nos uniu a partir do dia que ela entrou erroneamente numa sala de aula, a partir daquele momento; todo o resto já dá para imaginar.

Ao Denis pela amizade inigualável, além de orientador foi um pai para mim na graduação, acolheu-me quando mais precisei durante uma transição de curso, ensinou-me por meio das disciplinas e de projetos a ter um pensamento analítico, pensar na natureza do problema para alcançar a solução, lição que aplico, hoje, praticamente em qualquer área da minha vida.

A todos vocês; o meu muito obrigado!

RESUMO

A presente pesquisa objetivou identificar a aderência do perfil dos cidadãos referenciados às atividades propostas pelo Centro de Referência de Assistência Social do território de abrangência do bairro Cruzeiro do Sul, no município de Lavras em Minas Gerais. Para tanto, utilizou-se de uma pesquisa predominantemente descritiva para estudar determinadas características de uma parcela da população, além de também utilizar a pesquisa qualitativa traduzida por meio da aplicação de questionários semiestruturados em três grupos: bloco socioeconômico, avaliação das atividades do CRAS e perfil educacional. Como resultado da pesquisa constatou-se a existência de grande incompatibilidade entre o que é ofertado pela unidade do CRAS e o que é requerido pelos cidadãos a ele referenciados. Neste caso é possível afirmar que o CRAS desconhece o perfil dos cidadãos assistidos, o que edifica gargalos na elaboração e oferta de oficinas, algo que pode acarretar no distanciamento da PNAS à sua finalidade, que preconiza a partir de seus princípios e diretrizes, a emancipação social.

Palavras-chave: Política Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Centro de Referência de Assistência Social.

ABSTRACT

This research aimed to identify the profile of citizens referred to the Center of References for Social Assistance - Southern Cross in the city of Lavras, Minas Gerais, and from it observe the adherence of citizens to the proposed activities developed by the CRAS in question. For this, a predominantly descriptive research was used in order to study certain characteristics of a portion of the population, and also used a qualitative research translated into application of semi-structured questionnaires in three groups: socioeconomic block, CRAS activities evaluation and educational profile. The existence of a major incompatibility between CRAS's offers and what is required to its referred citizens was found, with the observation that CRAS is not aware of the profile of its assisted citizens, which builds bottlenecks in elaboration and offer of workshops and creates distancing from PNAS's purpose, this purpose being the social emancipation from its principles and guidelines.

Key words: Policy National Social Assistance. Unified System Social Assistance. Center of References for Social Assistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ciclo de Políticas Públicas	17
Gráfico 1 - Relação entre gênero e idade dos usuários	29
Gráfico 2 - Relação entre gênero, idade e raça dos usuários.....	30
Gráfico 3 - Relação entre gênero, raça e escolaridade dos usuários	31
Gráfico 4 - Relação entre as variáveis idade e escolaridade dos usuários	33
Gráfico 5 - Relação entre gênero, raça, idade e renda mensal dos usuários	34
Gráfico 6 - Relação entre total de residentes e renda familiar dos usuários	36
Gráfico 7 - Relação entre total de residentes e renda familiar dos usuários	37
Gráfico 8 - Relação renda mensal e escolaridade dos usuários.....	38
Gráfico 9 - Relação entre renda mensal e condição do domicílio dos usuários	40
Gráfico 10 - Relação entre raça, escolaridade e necessidades por bairros assistidos	41
Gráfico 11 - Relação entre problemas de saúde, medicamentos e tratamentos da população	42
Gráfico 12 - Relação entre o PBF e o número de crianças/adolescentes na escola.....	44
Gráfico 13 - Relação entre conhecimento do CRAS e bairros atendidos pelo CRAS.....	45
Gráfico 14 - Relação entre gênero e palestras preferidas pelos usuários.....	47
Gráfico 15 - Relação entre conhecimento da UFLA, renda, escolaridade dos usuários.....	48
Quadro 1 - Relação renda mensal e profissão dos usuários	39
Quadro 2 - Relação entre bairros e enfermidades dos usuários.....	43

LISTA DE SIGLAS

SUAS	Sistema Único de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência de Assistência Social Especial
CADUNI	Cadastro Único
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
CF/88	Constituição Federal de 1988
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
NOB	Norma de Operacionalização Básica
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
PBF	Programa Bolsa Família
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
SDS	Secretaria do Desenvolvimento Social
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Objetivo Geral.....	11
1.2	Objetivos Específicos	11
1.3	Justificativa	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	O Ciclo de Políticas Públicas	13
2.2	A Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social ...	18
2.3	O CRAS como mecanismo de implementação e avaliação da PNAS	22
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
4	ANÁLISE DE DADOS	29
4.1	Perfil Socioeconômico das Famílias	29
4.2	Possibilidades de Intervenção Social/Educacional e Avaliação do CRAS	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	51
	APÊNDICE A	54
	APÊNDICE B	55
	APÊNDICE C	59

1 INTRODUÇÃO

Desde o lançamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, milhares de famílias brasileiras ganharam suporte às garantias socioassistenciais de proteção básica e especial (MDS, 2009). A proposta do SUAS decorreu de uma política descentralizadora e colaborativa entre os entes federativos num arranjo estratégico de catalogar o sistema de assistência social brasileiro em níveis de complexidade.

A construção do SUAS foi fortemente amparada sobre a operacionalização do Sistema Único de Saúde (SUS), que foi pioneiro em dividir cidadãos em níveis de complexidade de acordo com suas condições. O SUS catalogou atendimentos de complexidade simples em Atenção Primária, enquanto atendimentos que demandassem complexidade média e alta eram diretamente encaminhados às Unidades Emergenciais de pronto atendimento.

Tanto o SUS como o SUAS se consolidam enquanto política pública a partir dos ganhos sociais democráticos provenientes da promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Foi respaldado legalmente na CF/88 que “a assistência social passou a ser concebida como política pública que, associada às demais políticas sociais e econômicas, deve concretizar direitos historicamente negados a uma ampla parcela da população” (PEREIRA, 2007, p. 66).

Instituído pela lei nº12.435 de 2011, o SUAS atualmente se configura como um sistema público não-contributivo, isto é, todo o cidadão que esteja em situação de risco e vulnerabilidade social terá acesso, por direito, às ações e serviços prestados pela assistência social por meio do Estado ou das entidades privadas referenciadas no campo socioassistencial. Essa proposta é regida por um dos princípios da PNAS (Política Nacional de Assistência Social) que diz respeito à universalização dos direitos sociais, que quando assegurado ao cidadão possibilita um caminho à dignidade e igualdade humana.

Anteriormente ao SUAS, o campo socioassistencial era gerido diante de um tradicionalismo administrativo que não levava em consideração a plenitude dos aspectos territoriais, sociais e econômicos, visto que muito se investia em aprimoramento da gestão do corpo técnico, mas mantinha-se exatamente o mesmo modelo de financiamento e repasse entre as esferas públicas responsáveis pelo desenvolvimento do campo assistencialista (TAVARES, 2005). A ausência de um perfil gerencial voltado para o entendimento das particularidades locais obstrui a efetivação da PNAS, uma vez que pode haver incompatibilidade entre o que é requisitado pelo cidadão e as ações organizadas pelo Estado.

A operacionalização dos arranjos do poder público no campo da assistência social em nível nacional é normatizada e regulamentada pela Norma de Operação Básica, também conhecida por NOB/SUAS. Criada em 2005 ela é a principal responsável por instruir os gestores quanto a necessidade de planejar, monitorar e avaliar a efetividade da PNAS, orientando as ações do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência de Assistência Especial) em nível local.

Se por um lado as diretrizes da NOB/SUAS valorizam um processo de gestão autônomo em nível local, existe por outro lado uma constatação de descontinuidade administrativa nos equipamentos sociais, já que os funcionários ocupam, em sua maioria, cargos temporários/comissionados (SILVA, 2017), prejudicando a manutenção da qualidade dos serviços no longo prazo.

Amaral (2006, p. 550) aponta que “por trás da ineficiência e da suposta irracionalidade da máquina pública, existem relações de poder, de dominação, muitas vezes embebidas pela política”, ou seja, o serviço público prestado, além de ser vítima do despreparo de alguns servidores, também é vítima do jogo político que permite que interesses partidários e particulares reflitam, pela ineficiência ou ausência de serviços, no cidadão enquanto usuário final de políticas públicas.

Nesse contexto, para entender a atuação da Assistência Social em nível local do presente trabalho, é necessário visualizar que ele se insere nas dependências do município de Lavras-MG, que conta com uma população de aproximadamente 103 mil habitantes, cujo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é 0,782 (IBGE, 2019), um valor considerado alto segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). Este município é dotado de seis unidades do Centro de Referência de Assistência Social¹ (CRAS) e uma unidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social² (CREAS).

A partir da pesquisa realizada em uma unidade do CRAS associada ao desenvolvimento de um projeto de extensão universitária intitulado “Gestão Pública e Formação Cidadã: Ações Sociais de Desenvolvimento Familiar no Município de Lavras – MG”, foi possível

¹ O CRAS tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de riscos sociais através do desenvolvimento e monitoramento das famílias com atividades que promovam o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, aumentando o acesso aos direitos da cidadania, contempla-se nesta unidade os atendimentos de Proteção Social Básica (PSB).

² O CREAS oferece apoio e orientação especializados a cidadãos que já estejam em situação de risco e vulnerabilidade social, ou seja, que são vítimas de violência física, psíquica e sexual, negligência, abandono, ameaça, maus tratos e discriminações sociais, nesta unidade se contempla os atendimentos de Proteção Social Especial (PSE). (MDS, 2010)

constatar a partir dos dados coletados, que a assistência social praticada no município, embora fiel às orientações da NOB/SUAS, apresentava pouco conhecimento sobre o perfil de seus usuários.

Fazia-se comum o desconhecimento da oferta de oficinas e atividades por uma parcela da população assistida, fato que justificava o baixo número de participantes. Geralmente se ofereciam oficinas de zumba, violão, karatê, artesanato, cantinho da leitura, capoeira, entre outras, porém, o interesse dos cidadãos também era baixo, o que gerava ociosidade ao projeto.

Essa falta de eficiência por parte da assistência social local se despontou como elemento de grande preocupação, visto que uma aplicação deficitária dos recursos em serviços socioassistenciais implicaria no distanciamento da finalidade da política pública, de promoção da emancipação social, permanecendo os cidadãos em situação de vulnerabilidade e risco social.

Sabendo que o cidadão, neste caso, sempre ficava restrito à participação nas oficinas que a unidade se propunha a oferecer, é que surgiu a seguinte questão de pesquisa: **qual é a aderência das atividades ofertadas pelo CRAS Cruzeiro do Sul em Lavras-MG ao perfil dos seus usuários?**

1.1 Objetivo Geral

Identificar a aderência das ações propostas pelo CRAS ao perfil dos cidadãos assistidos pelo CRAS Cruzeiro do Sul em Lavras-MG.

1.2 Objetivos Específicos

- Identificar o perfil dos cidadãos assistidos pela unidade CRAS Cruzeiro do Sul; e
- Analisar a percepção dos cidadãos sobre a unidade e as atividades inclusivas oferecidas pelo CRAS para formação cidadã;

1.3 Justificativa

O interesse no trabalho justificou-se pelo anseio de entender se as atividades propostas pelo CRAS estão, de fato, corroborando com a proposta de levar a estes cidadãos formas inclusivas que se vertam em equidade social, além de conhecer não apenas o lado tecnicista da atuação governamental traduzida por meio do CRAS, mas também a realidade destes

cidadãos de modo a justificar a prerrogativa de formação cidadã enquanto usuário dos serviços prestados pela unidade.

A importância de diagnosticar o perfil dos cidadãos assistidos pela unidade analisada torna-se relevante dentro da esfera social e econômica, pois é de conhecimento público as propostas erguidas pelo CRAS no âmbito de suas oficinas e atividades em nível local, mas essa visão de conhecimento popular se fundamenta, normalmente, em teor teórico. Entretanto; em teor prático, buscou-se analisar se essas oficinas e atividades agregavam positivamente de alguma maneira na vida dos cidadãos que participavam, seja no quesito de lazer social, de fortalecimento de vínculos comunitários e familiares, de incremento na renda familiar proveniente de algum aprendizado e áreas afins.

É pertinente lembrar que a atuação do CRAS em nível local é a chave que dá ignição ao fortalecimento de práticas emancipatórias previstas pela PNAS e pelo SUAS em nível estadual e federal; portanto, entender a operacionalização em nível municipal do eixo assistencialista é entender como as necessidades dos cidadãos contemplados pela assistência social se desdobram. O acesso a tais informações permite um melhor entendimento por parte do poder público, que por sua vez, pode realocar recursos pertencentes à seguridade social conforme à real necessidade do município, sem excessos ou escassos.

Além disso, este estudo torna-se relevante no momento em que foi permitido dar voz aos cidadãos desta unidade e entender suas percepções acerca dos serviços dispostos pelo CRAS, além de conhecer legitimamente a ótica destas pessoas enquanto usuárias dos serviços socioassistenciais lavrenses. Por outro lado, o mapeamento realizado e os dados obtidos no território de abrangência desta unidade poderão servir a outros pesquisadores ou profissionais cujo interesse resvalem na temática de assistência social no município de Lavras, ampliando, assim, o campo de discussão e pesquisa da referida questão.

Diante dessa conjuntura, é pertinente evidenciar a importância de se diagnosticar o perfil dos cidadãos assistidos para potencializar os efeitos das atividades de cunho emancipatórios. Entre os desafios que envolvem essa discussão, destaca-se a necessidade de discutir a importância de se conhecer o cidadão com quem se trabalha, além de esclarecer o quanto benéfico é, para o setor público, um diagnóstico estruturado da realidade em que se atua.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este arcabouço teórico será dividido em três partes para ampliar o alcance do debate, além de promover uma maior contextualização acerca do trabalho. Na primeira parte será abordado, genericamente, sobre o ciclo de políticas públicas ou abordagem sequencial, embora o intento real não seja abordar seu funcionamento ou eficácia como outros trabalhos na literatura propõem, mas sim se limitar à compreensão de sua desenvoltura “clássica” para permitir uma abertura ao entendimento do presente trabalho em meio algumas das fases da PNAS enquanto norteadora da assistência social brasileira.

Num segundo momento; a PNAS será contextualizada a fim de evidenciar mudanças a partir de sua existência, bem como realizar comparações de como era a assistência social antes e depois da Política Nacional de Assistência Social, além de ponderar o caminho para a construção do SUAS e seus respectivos frutos. Por último; pretende-se trabalhar na ideia do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) como um mecanismo de implementação e avaliação da PNAS, em outras palavras, estudar a atuação governamental em nível local dentro de suas particularidades.

2.1 O Ciclo de Políticas Públicas

É de suma importância entender, inicialmente, o que é o ciclo de políticas públicas no Brasil, bem como a desenvoltura de sua construção para que seja possível entender a ação governamental desde as bases de formulação de uma política pública. É popularmente sabido, mais precisamente no campo de públicas, que uma política pública comumente decorre de uma necessidade agigantada por meio do clamor social, e é a partir deste pretexto que o governo enquanto “gestor” responsável por atender estas demandas sociais se articula de acordo para a elaboração de uma política pública.

Antes de tudo; precisa existir um problema público a ser resolvido. Secchi (2016) afirma que “o problema público está para a doença, assim como a política pública está para o tratamento”. Desta forma, entende-se que as abordagens provenientes do poder público naturalmente terão o propósito de sanar alguma eventualidade-problema que afete a população.

Metaforicamente, a doença (problema público) precisa ser diagnosticada, para então ser dada uma prescrição médica de tratamento (política pública), que pode ser um remédio, uma dieta, exercícios físicos, cirurgias, tratamento psicológico, entre outros instrumentos de política pública. (SECCHI, 2016, p. 5).

É a partir desta lógica que surge a ideia de fases, e é por meio destas fases que perpassará a elaboração de uma política pública. Classicamente; o chamado ciclo de políticas públicas ou abordagem sequencial (FREY, 2000; MULLER & SUREL, 2002; SECCHI, 2016), é encabeçado – posteriormente à identificação de um problema – pela formação de agenda, a proposição de soluções (ou formação de políticas públicas), a tomada de decisão, implementação e avaliação, entretanto, outros autores encaram tal modelo de outras formas a fim de enquadrá-lo ao campo de seus respectivos estudos.

Numa abordagem mais tecnicista, Souza (2006) argui que esta tipologia decorre de um processo deliberativo que consiste em alguns estágios, sendo eles, respectivamente: definição da agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Em teoria, esse é o arcabouço do processo para se construir alguma política pública no Brasil, embora construir uma não seja uma simples receita culinária a ser seguida, os processos não acontecem na linearidade descrita e, às vezes, tampouco chegam próximo a isso. O ‘passo-a-passo’ por vezes, acontecem em simultaneidade e em ordem aleatória, e muito disso se deverá às variáveis que englobam a formulação da política, tal como gestão, público-alvo, recursos, territorialidade e afins. Segundo a literatura, não há uma padronização das fases ou nomenclaturas que compõem o ciclo de políticas públicas.

A exemplo, alguns autores simplificam ou desconsideram algumas etapas para estudar ou abordar uma dada etapa em específico, como é o caso de Lima e D’ascenzi (2013), que definem o ciclo de políticas públicas como um sistema simplificado e segmentado e o abrevia em três etapas, onde a primeira etapa principia pela formulação, que é onde os gestores públicos definem os problemas a serem trabalhados por meio da intervenção estatal. Enquanto na segunda fase está a implementação, que recai sobre à execução dos planos formulados na etapa anterior e por último, mas não menos importante, a avaliação, que seria a análise sobre o impacto da política após sua implantação. Embora tais autores não listem a formação da agenda, eles partem do pressuposto que exista um problema social, mas restringem outras etapas dado o foco de seu estudo que recai mais precisamente sobre a etapa de implementação.

Quando se pensa em agenda política, pensa-se em problemas que normalmente cresceram e chamaram a atenção governamental, Sela (2017) argui que essa fase pioneira envolve todos os atores políticos, desde os que atuarão na resolução de um problema, até aos que demandaram soluções. Essa conjuntura, segundo a autora, pode ser enxergada como o universo da política pública, pois numa perspectiva *top-down* entre governo e cidadão, ambos os entes habitam à extremidade deste universo, o que ligaria tais extremidades seriam as políticas públicas consequentes desta relação.

Em consonância à autora, Secchi (2014, p. 46) refere-se à etapa da agenda como “o conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública”. É nessa fase que poder público deve elencar possíveis métodos que priorizem a correção das problemáticas existentes ou que pelo menos tenham um caráter atenuador. Entretanto; apesar do dever estatal de promover resoluções diante dos impasses sociais, existem inúmeras variáveis que dificultam a atuação do governo diante da proposta de formação da agenda política, pois

Nem sempre o problema é claro, nem sempre os objetivos são claros ou coerentes com o problema, nem sempre existem soluções, nem sempre (ou quase nunca) é possível fazer uma comparação imparcial sobre alternativas de solução, nem sempre há tempo ou recursos para tomadas de decisão estruturadas. E o mais frustrante dessa história toda: frequentemente, após serem tomadas as decisões, as políticas públicas não se concretizam conforme idealizadas no momento do planejamento, seja por falta de habilidade administrativo-organizacional, seja por falta de legitimidade da decisão ou pela presença de interesses antagônicos entre aqueles que interferem na implementação da política pública (Secchi, 2014, p. 53)

Posteriormente à definição da agenda, tem-se a formulação de políticas ou identificação de alternativas como é chamada esta última por Souza (2006), é neste módulo que se proporá soluções para os problemas anteriormente identificados e que agora compõem a agenda. A operacionalização desta etapa consiste em trabalhar sobre as adversidades sociais levando em consideração os recursos dispostos pela máquina pública para a resolução de tal eventualidade. Raeder (2015) reforça essa assertiva quando diz que a etapa de formulação fica passível de conter parâmetros bem específicos sobre os beneficiários de eventuais programas por conta dos recursos envolvidos.

Naturalmente; tudo depende da importância que o poder público está disposto a dar para um dado problema, o autor ainda resgata a ideia de Secchi (2014) supracitada, de que todo o desenvolvimento incluído nesta etapa dependerá do nível de informação presente nas mãos do

poder público. De tal modo; a fase de “formulação poderá ser mais genérica, de modo a deixar para a etapa posterior, a da implementação, a definição mais precisa sobre determinados aspectos da política” (RAEDER, 2015, p. 131).

Quando as propostas de formulações se alinham ao projeto de construção da política pública, muitas propostas ficam em abertas, pois, às vezes, nem todas cabem dentro do trâmite de construção do projeto, ou até mesmo não será possível viabilizar todas por questões financeiras, sendo, portanto, necessário limitar ou escolher a melhor proposta dentre as existentes, e para isso, o poder público arcará com a tomada de decisão dentre os caminhos possíveis. “A tomada de decisão representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas” (SECCHI, 2016 p. 40). Assim, quando o autor se refere ao termo “equacionados”, naturalmente ele se remete a colisão de interesses que existe por detrás da tomada de decisão, o debate político por detrás desse alinhamento de decisões pode se revelar excludente no que se refere ao caminho que este tomou até ser aceito por parte do poder público.

Logo, tendo o poder público se alinhado à ideia de aplicabilidade de uma política pública, inicia-se o processo de implementação da mesma. A etapa de implementação, diante da abordagem sequencial, sucede o processo de todas as etapas anteriores, este módulo pode ser entendido como a transição da teoria para a prática, pois será aqui que o cidadão poderá sentir os efeitos da política pública caso esta seja efetiva. Segundo Silva e Melo (2000), a implementação contemplaria o processo de execução das atividades e/ou programas propostos pelas etapas anteriores, nesta etapa todos os objetivos subsequentes à formulação e análise da agenda entram em vigor objetivando cumprir as metas preestabelecidas.

Após a implementação de uma política pública, é fundamental que o governo monitore e avalie essa política, pois intervenções podem ser necessárias se a efetividade da referida política não for, de fato, alcançável. Dentre outros fatores “(...) a fase da avaliação é imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública” (Frey, 2000 p. 229), uma vez que como supracitado, o poder público diante de eventuais impasses será compelido – pela sociedade civil e até mesmo dentro do jogo político – a compensar as lacunas presentes de sua política pública.

O processo avaliatório, igualmente ao ciclo de políticas públicas como um todo, não segue um roteiro padronizado de aplicação por conta dos inúmeros atores políticos envolvidos

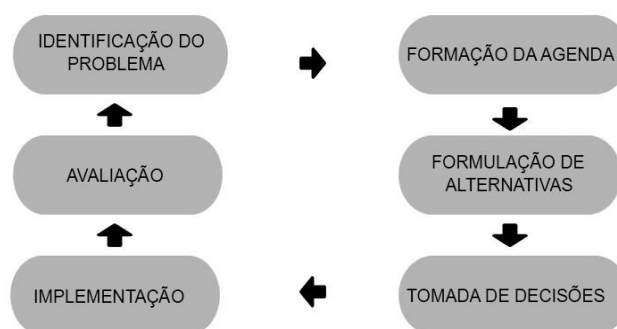
na construção de uma política pública. Ala-Harja e Helgason (2000, apud TREVISAN; VAN BELLEN, 2008, p. 535) “advertem, de início, que não existe consenso quanto ao que seja avaliação de políticas públicas, pois o conceito admite múltiplas definições, algumas delas contraditórias”. Embora genericamente, pode-se, a título de entendimento, enquadrar avaliação como uma visão sistêmica de determinar esse processo como a “pertinência e alcance dos objetivos, a eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade do desenvolvimento” (TREVISAN e VAN BELLEN, 2008, p. 536).

Mas não se pode pensar em avaliação ou monitoramento sem pensar em ter acesso à informação da realidade em que se planeja intervir, a importância do poder público gozar de indicadores nesse sentido se agiganta sempre que se pretende mensurar se a política pública implementada está sendo capaz de realizar transformações sociais. Miguel; Brizoti, *et. al* (2012, p. 13) explicam que

O conhecimento estruturado da realidade a partir da utilização de indicadores pode ser contemplado pelo gestor em todo o ciclo de políticas públicas: diagnóstico, formulação, implementação e avaliação. Na etapa de diagnóstico, os indicadores permitem a caracterização do território, o mapeamento de seus problemas e a demanda e oferta por serviços públicos.

Nesse contexto; quanto mais informações disponíveis, melhor será a resposta do Estado frente as possíveis intervenções engendradas em respostas a estas. A riqueza destas informações refletirá a favor da política instaurada ou não, sobretudo, sobre o caminho concretizado pelo governo até aquele momento.

Figura 1. Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: Elaborado a partir de Secchi, (2010).

Resumidamente; a abordagem sequencial (FREY, 2000; MULLER; SUREL, 2002; SECCHI, 2016) ou ciclo de políticas públicas, como é popularmente chamado, assume essa

postura cíclica desde a atuação governamental enquanto proponente de arranjos intervencionistas, até o cidadão que demandará permeio à formação da agenda, respostas que porventura atinjam o interesse do poder público. Da relação destes atores, surge o processo abordado no corpo deste texto, respeitando, entretanto, cada fase que é crucial desde o desenvolvimento até a aplicabilidade de uma política pública (Figura 1).

2.2 A Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social

“A Assistência Social como política de proteção social configura-se como uma nova situação para o Brasil. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia à provisão dessa proteção” (PNAS, 2004, p. 15). Tais palavras foram elencadas com muito orgulho pelo poder público permeio a elaboração e apresentação da PNAS em 2004, entretanto, historicamente, nem sempre o campo socioassistencial configurou-se como tal.

Ao longo do século passado, a assistência social era fortemente amparada por práticas clientelistas, existindo primordialmente à luz da troca de favores, estabelecidas pioneiramente na benevolência de organizações de caridade que praticavam atitudes solidárias corroborando com suas propostas religiosas. À época, este “arcabouço” de assistência social se situava no campo do favor e não do direito. (CASTILHO e CARLOTO; MAURIEL, 2010).

De acordo com Amâncio (2008), os primeiros passos do sistema de proteção social no Brasil figuraram-se por volta de 1920, mas contrastava e muito do que se têm atualmente, pois era um sistema estratificado e discriminatório que respaldava na conhecida cidadania regulada. Segundo a autora:

Essa cidadania regulada é caracterizada pela estratificação ocupacional, onde os direitos ficam restritos ao lugar em que o trabalhador ocupa no sistema produtivo. Os parâmetros definidores desse sistema são a regulamentação das profissões, a carteira profissional e os sindicatos públicos (2008, p. 24).

Em outras palavras; Mestriner (2005) aborda que apenas o cidadão cuja cidadania era reconhecida pelo estado diante de sua ocupação enquanto trabalhador é que teria acesso, “por direito”, à assistência social da época. Quanto aos trabalhadores autônomos, desempregados e demais indivíduos que não fossem enquadrados no sistema corporativista que norteava a atuação estatal, teriam de recorrer à filantropia privada e até mesmo a política de assistência social embrionária organizada pelo estado a partir de então (apud Amâncio, 2008, p. 24).

Foi um longo caminho para que a assistência social brasileira saísse do campo do favor e entrasse, legitimamente, no campo do direito. “Somente a partir da Constituição Federal de 1988, da LOAS, da PNAS/2004 e da NOB/SUAS/2005 que a assistência social legalmente passa a figurar no campo do direito enquanto política social” (MAURIEL, 2010, p. 17).

Anteriormente à CF/88, o papel governamental no que tange à assistência social em sua grande parte foi praticado com teor clientelista, Mauriel (2010) aduz que esse teor trouxe implicações seríssimas à implementação da PNAS, pois as bases da PNAS reforçavam a quebra do paradigma populista e clientelista que o campo brasileiro assistencial era vitimado historicamente. Outro desafio na implementação da PNAS foi a constante centralização nas quais as antigas práticas de assistência social eram executadas.

Embasado nessa última problemática, em dezembro de 2003 durante a IV Conferência Nacional de Assistência Social organizada pelo CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social), foram discutidas pautas sobre a formação de uma nova agenda política no que se refere à construção de um sistema descentralizado que permitisse uma gestão coordenada e cooperativa entre os entes federativos. Mais tarde, nessa mesma conferência, aprovou-se a Política Nacional de Assistência Social cujas diretrizes condicionavam à criação de um Sistema Único que fosse capaz de gerenciar os trâmites operacionais da assistência social. O SUAS seria operacionalizado e gerido pela Norma Operacional Básica (NOB/SUAS, 2004), que proporia uma gestão que engendrasse a efetivação dos princípios e diretrizes da PNAS (FERREIRA, 2007).

O então ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias de Souza afirmou durante a V Conferência Nacional de Assistência Social em 2005, dois anos depois, que a “CF/88 constitucionalizou o que hoje conhecemos por seguridade social, isto é, integrou a assistência social, a saúde e a previdência social num único sistema, permitindo a construção de uma grande rede de proteção e promoção social no Brasil”. A rede a qual o ministro se referia vislumbrava não só facilitar a gestão do ponto de vista estratégico, mas sim permitir a quebra dos vícios que a centralização administrativa nutria.

Como Amâncio (2008) e Mauriel (2010) relataram, a problemática histórica da assistência social se alicerçou fortemente sobre bases clientelistas e discriminatórias, portanto, para a quebra deste paradigma, a PNAS em sua construção orientou-se a partir de princípios e

diretrizes³ que outorgam assegurar que tais eventos não mais ocorram por meio de bases legais, além destes nortear os parâmetros até então pelos quais o SUAS viria a se desenvolver.

Este sistema preconizando que houvesse o acesso aos serviços assistenciais por todos os cidadãos, amparou-se sobre “os princípios constitucionais como universalidade na cobertura, uniformidade e equivalência dos benefícios (...)” (BOSCHETTI, 2004, p. 10), previstos na elaboração do SUAS. A remodelação que o estado fazia no campo da assistência social, inclusa dentro da seguridade social, era uma forma de sanar os erros que estiveram presentes no passado. A construção de um modelo assistencial totalmente não-contributivo respeitava não só os princípios da PNAS, mas da dignidade humana, pois não se desampararia os mais de 40,6 milhões de cidadãos não contribuintes no ano de 2003.

Para isso; as bases de formulação do SUAS em consonância aos princípios e diretrizes da PNAS foram necessárias para que se repensasse o modelo socioassistencial do ponto de vista técnico-financeiro, para que fosse possível abarcar a todos os cidadãos em situação de vulnerabilidade social que carecessem do amparo estatal. O pensamento de reformulação objetivou-se evadir da prática tradicionalista e perpetuada do repasse *per capita*, que majoritariamente não correspondia à real demanda e pouco se considerava a respeito das desigualdades socioterritoriais dentro da configuração de cada estado e município.

Nesse contexto; Tavares (2005) aborda que foi necessário que se respeitasse, sobretudo, as peculiaridades de cada estado e município, tal ação permitiu o rompimento da lógica padronizada de transferência de recursos que anteriormente ao SUAS era realizada sem um estudo empirista das necessidades que cada ente municipal detinha, gerando, portanto, escassez de recursos para alguns, conquanto excesso para outros, policiar esse repasse era permitir a possibilidade de que o recurso realmente chegaria no seu destino final.

A construção do Sistema Único institui uma forma de financiamento inovador, que interrompe o modelo de programas impostos de cima para baixo, que desconsideram necessidades reais e especificidades locais, propõe o rompimento do assistencialismo e do clientelismo a partir de políticas de qualidade, com respeito aos direitos sociais e fiscalização de sua execução (TAVARES, 2005, p. 23).

Boschetti (2005) ainda expõe que o FNAS (Fundo Nacional de Assistência Social) enquanto órgão de repasse de recursos gerido exclusivamente pelo governo federal e num

³ Em consonância com o disposto na LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4º e baseados na CF/88.

momento anterior à PNAS e ao SUAS, muitas das vezes, sequer havia recursos suficientes para transferir o necessário a cada município. “Nesse sentido, a efetivação do SUAS depende não só da ampliação dos recursos do governo federal, mas do aporte significativo de recursos dos governos estaduais e municipais” (BOSCHETTI, 2005, p. 15). Portanto, existir uma correlação entre os entes federativos geraria não só uma maior arrecadação para a assistência social, mas uma maior comunicação entre as esferas que possibilitaria uma melhor gestão, sendo, então, imprescindível a participação das três esferas federativas nesse viés cooperativo para a manutenção dessa nova lógica de financiamento.

Uma das maiores transições perceptíveis pelo cidadão num momento pós-PNAS foi a presença dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência de Assistência Social Especial) que foram distribuídos ao longo do território nacional. A implementação destes centros reforçou o compromisso da proximidade que o Estado desejava ter com o cidadão, além de evidenciar a descentralização da assistência social brasileira, porém não só no contexto individual, mas sim no âmbito familiar.

Anteriormente ao SUAS, as intervenções socioassistenciais como programas e projetos públicos se desdobravam no contexto individual por meio de ações segmentadas, isto é, o poder público atuava com propostas focalizadoras provendo suporte no eixo individual de cada cidadão. (BOSCHETTI, 2003 apud TEIXEIRA, 2009). Com o SUAS, o aporte governamental passou a atuar sobre o eixo da matricialidade sociofamiliar, que como definido por Teixeira (2009, p. 257) é aquela:

em que se dá primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do território de vivência, com prioridade àquelas mais vulnerabilizadas, uma estratégia efetiva contra a setorialização, segmentação e fragmentação dos atendimentos, levando em consideração a família em sua totalidade, como unidade de intervenção; além do caráter preventivo da proteção social, de modo a fortalecer os laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros, de modo a romper com o caráter de atenção emergencial e pós-esgotamento das capacidades protetivas da família.

Isto permitiu uma ampliação da gama de possibilidades governamentais em propor projetos e ações de cunhos emancipatórios, agora que a matricialidade sociofamiliar⁴ evidenciava-se como um importante “instrumento” de gestão. O fortalecimento de vínculos familiares era a nova base que assistência social objetivou nutrir, em outras palavras, era a

⁴ Na obra de TEIXEIRA (2009), ela aponta que embora existissem ganhos a partir dessa nova proposta do governo de atuar sobre o eixo familiar, perdeu-se também alguns pontos positivos que a individualidade enquanto fator crucial do aporte socioassistencial garantia, uma vez que a PNAS entende “família” em moldes exacerbadamente tradicionalistas.

aposta que o Estado fazia para prover melhorias na qualidade de vida a partir deste novo eixo trabalhado.

Entretanto, essa não foi a única mudança considerável a partir da reformulação das bases da assistência social, num arranjo estratégico, o governo passou a catalogar a assistência social por meio do viés de “hierarquização das atenções de proteção social em níveis básicos e especial e ainda, em média e alta complexidade” (SPOSATI, 2009). Isso justificou existir ambos os Centros de Referências supracitados, esse fracionamento permitiria o poder público atuar com maior eficácia quanto aos problemas apresentados pelos cidadãos vulneráveis, respeitando, por exemplo, as individualidades pertinentes a cada família ou indivíduo.

Sposati (2009, p. 26) ainda conclui que essa divisão “rompe com a noção dos cidadãos como massa abstrata e os reconstrói a partir da realidade de suas vidas.” Ou seja, se por um lado o governo entendeu que trabalhar sobre a base da matricialidade sociofamiliar seria um importante caminho de fortalecimento de vínculos, ele também entendeu que o indivíduo, enquanto vulnerável, estaria passível a n variáveis que compromettesse sua existência, assim, a depender do nível de complexidade que essas variáveis se enquadrassem, o poder público estaria mais bem preparado para intervir mediante tais situações. Não obstante, o autor ainda exemplifica que dentre a grandeza da individualidade de cada indivíduo, o poder público pode atuar “a partir de potencialidades, talentos, desejos, capacidades de cada um, dos grupos e segmentos sociais.” (2009, p. 26).

Quanto à aplicabilidade do proposto mais acima que perpassa a PNAS e o SUAS, os componentes principais por abrirem as portas da assistência social aos cidadãos a essa nova gama de possibilidades governamentais, são os Centros de Referências, neste sentido, os CRAS serão observados como principais instrumentos locais capazes de fazerem com que os objetivos da PNAS cheguem, de fato, ao cidadão.

2.3 O CRAS como mecanismo de implementação e avaliação da PNAS

Posteriormente à divisão anunciada pela PNAS e pelo SUAS em níveis de proteção, PSB (Proteção Social Básica) e PSE (Proteção Social Especial), foi necessário que houvessem órgãos dotados da responsabilização destes dois aspectos. O CRAS emergiu como uma unidade pública estatal de base territorial responsável por coordenar em nível local a PSB, esta proteção “busca a prevenção de situações de risco e o fortalecimento de vínculos

familiares e comunitários, sendo destinado à população que vive em situação de vulnerabilidade social” (CAVALVANTE; RIBEIRO, 2012 p. 1462).

Enquanto o CREAS surge responsável por gerir a PSE, nesse tipo de proteção está enquadrado o atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social. Segundo Cavalcante e Ribeiro (2012, p. 1462) neste módulo protetivo são “cofinanciados os serviços de acolhimento às crianças, adolescentes e idosos, mulheres vítimas de violência e o atendimento à população em situação de rua”.

Além disso; os níveis de complexidade pertencentes à PSE catalogam o cidadão em situação de risco em dois níveis: médio e alto. A PNAS regulamenta os serviços de proteção especial de média complexidade como aquele que atende às famílias e indivíduos com direitos violados, mas cujo vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Enquanto o serviço de proteção social de alta complexidade garante moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontrem sem referência, como por exemplo cidadãos em situação de rua, ou em situação de ameaça, cuja retirada foi necessária do convívio familiar ou comunitário.

Tanto o CRAS quanto o CREAS atuam sobre um pretexto de complementaridade, isto é, atuam conjuntamente em nível municipal e estadual de modo a identificar cidadãos vulneráveis no intento de oferecer a estes apoio e orientação individualizados. O CRAS tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios que atuam (MDS, 2009). Além disso, posteriormente à expansão da PNAS em 2008, o CRAS integrou à grade de suas responsabilidades o PAIF (Programa de Atenção Integral à Família) que corrobora com o objetivo do Centro de Referência exercendo propostas que englobem, além da matricialidade sociofamiliar, também atividades e oficinas que estimulem e desenvolvam o vínculo familiar, contemplando, assim, cidadãos de todas as faixas etárias.

As atividades dispostas pelo CRAS desempenham um papel importante no redesenho que a assistência social assumiu posteriormente a PNAS, visto que agora não só se trabalha sobre o indivíduo já comprovadamente em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, mas também atua nas dimensões socioterritoriais de abrangência que cada unidade é dotada a fim de oferecer oficinas que evitem que o cidadão propenso ao risco chegue neste ponto. Segundo o MDS (2010, p. 29) as oficinas são denominadas “como encontros previamente organizados, com objetivos de curto prazo a serem atingidos, com um conjunto de famílias, por meio de

seus responsáveis ou outros representantes, sob a condução de técnicos de nível superior do CRAS”.

O MDS (2010, p. 29) nessa cartilha de orientação técnica, além de sugerir⁵ alguns temas a serem trabalhados por meio das oficinas, articula, ainda, a importância de se levantar temas que sejam do interesse das famílias, especialmente se enquadrados à temática de “vulnerabilidades e riscos ou potencialidades identificadas no território”. O próprio corpo técnico responsável pela gestão da assistência social brasileira reconhece a importância de se trabalhar ancorados no interesse social, não obstante, abrem margens às potencialidades territoriais justamente no intento de que, se um interesse ganhar fervor social, naturalmente pode ser trabalhado pela equipe do CRAS, incluindo, ainda, tal demanda ao quadro⁶ de ações do PAIF.

Considera-se, então, que as oficinas são meios para a execução da política pública, em outras palavras, são pontes que conduzirão os cidadãos assistidos à finalidade – respaldada sobre os princípios, objetivos e diretrizes – da PNAS. Portanto, as oficinas, como parte do processo de implementação, carecem ser trabalhadas de modo a atender à finalidade da referida política pública, cabendo “visualizar, por meio de instrumentos analíticos mais estruturados, os obstáculos e as falhas que costumam acometer essa fase do processo” (SECCHI, 2014, p. 45), pois sua oferta deficitária ocasionará gargalos na promoção de emancipação social, visto que os cidadãos assistidos não estarão engendrados adequadamente à promoção social.

Reconhecendo a importância de existir atividades que auxiliem no fortalecimento do vínculo familiar, observou-se, também, a importância de existir um monitoramento e avaliação não só destas atividades, mas da atuação de todo corpo técnico envolvido na operacionalidade da assistência social nos três níveis federativos. Miguel; Brizoti, *et. al* (2012, p. 13) alegam que o “uso de diagnósticos e do planejamento está relacionado a mudanças institucionais na área pública, (...), principalmente pela reforma gerencial nos anos noventa”. Portanto, cada vez mais o poder público reconhece que a elaboração de

⁵ O MDS na cartilha de orientação técnica: CRAS QUE TEMOS, CRAS QUE QUEREMOS elenca uma série de sugestões para que os CRAS distribuídos em todo território nacional pratiquem. Tal como acesso a direitos básicos, desafios familiares, potencialidades territoriais. Nada se fala sobre abordagens adventícias, desde que seja um desejo dos cidadãos assistidos.

⁶ O quadro de ações do PAIF é uma proposta regular que assume a cada semana, quinzena ou mês um tema a ser trabalhado, conforme demanda do território e planejamento do serviço. Uma oficina pode dar origem a uma ação coletiva, como campanha, palestra e contribui para identificar uma família com indicativos para ser acompanhada ou que necessita ser atendida em uma ação particularizada. (MDS, 2010)

diagnósticos, não só em nível local, é sinônimo de informação, que por conseguinte resulta num aperfeiçoamento de planejamento a partir destas, incluso; nesse caso, o campo socioassistencial.

Posteriormente à implementação do SUAS, o campo de assistência social no Brasil passou a contar com um novo aporte de monitoramento e avaliação para todas as atividades que estivessem atreladas a tal sistema no intento de melhorar políticas focalizadoras já existentes, bem como introduzir novas estratégias para abarcar famílias que carecessem do suporte assistencial. A exemplo do CRAS, tal monitoramento se conduz em ações de retroalimentação interna, isto é, o monitoramento se dá de forma hierarquizada verticalmente onde censos são aplicados internamente e debatidos entre os gerentes dos CRAS, sendo gerentes de nível federal, estadual e municipal. (SAGI, 2018)

Nesta tecnologia de monitoramento, como é chamada pela SAGI (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação), a análise entre os gerentes leva em consideração a avaliação interna como, por exemplo, quantas atividades foram executadas em um dado período, quantas publicações foram divulgadas, até mesmo a ótica do monitor que presta as atividades por meio das oficinas. Diante do interesse de se obter diagnósticos, a indispensabilidade de indicadores tornou-se fundamental para a construção dos Censos, tal como exemplo, o IDCRAS⁷.

Estudos recentes⁸ elaborados pela SAGI (2018) demonstraram que houve um grande ganho econômico e operacional no que tange ao momento posterior à implementação de diagnósticos que permitissem o monitoramento constantes de políticas públicas, em especial, as desenvolvidas pelo MDS. Os Censos/SUAS realizados anualmente entre gestores em todos os níveis federais, conjuntamente às tecnologias de avaliações permitiu “a economia de R\$ 15,7 bilhões gerada pelo Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade (PRBI) e a identificação de que 10% dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) tinham renda acima do permitido.” (SAGI, 2018, p. 29)

Isso evidencia que a elaboração de diagnósticos frente a um bom aporte de monitoramento, não gera apenas informações, mas sim possibilidades de correções por parte

⁷ O Índice de Desenvolvimento do CRAS (IDCRAS) busca capturar de forma aproximada a qualidade dos serviços prestados no âmbito do CRAS. Para isso, o indicador retrata: a estrutura física do equipamento; as características qualitativas e quantitativas da equipe, e por fim o escopo das ações prestadas a população. (MDS, 2009)

⁸ Estudos presentes no Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – N. 33 (2018).

do Estado, que por sua vez, além de economizar graças à identificação de tais gargalos, reajustou em 2016 e 2018 o valor do PBF (Programa do Bolsa Família) em um acréscimo de 16,8%. (SAGI, 2018). Graças ao nível de informações diagnosticadas, nesse exemplo, foi possível a obtenção de êxito quanto às diretrizes gerais dos programas federais que objetivam minimizar o cenário de desigualdade social brasileiro.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa se caracteriza predominantemente como descritiva, uma vez que, por conveniência, escolheu-se trabalhar sobre a unidade do CRAS do Cruzeiro do Sul em Lavras no intento de analisar suas atividades e conhecer os cidadãos referenciados à unidade, bem como mapear o território de abrangência que a unidade era responsável. Gil (2008) aborda que a natureza descritiva tem como caráter primordial estudar determinadas características da população tratada (objeto de estudo), visando-se conhecer opiniões, culturas, crenças e afins.

Utilizou-se também, a abordagem da pesquisa documental, que como aponta Gil (2010) é um modelo bastante utilizado na elaboração de trabalhos pelo campo das ciências sociais; sendo um utilitário documental: materiais elaborados internamente pelas organizações a fim de registrar, documentar, apontar e etc. alguma eventualidade acerca de algo inerente à organização. Empregou-se neste trabalho documentos obtidos pelos sites vinculados ao MDS em sua grande maioria, tal como revistas e anais que analisaram eventos atrelados à PNAS e ao SUAS desde suas criações, expostas principalmente nos congressos e eventos administrados pelo referido Ministério, e publicadas posteriormente nos sites referenciados.

Quanto à pesquisa do trabalho; realizou-se uma pesquisa qualitativa que se traduziu por meio da aplicação de questionários semiestruturados que foram divididos em três grandes blocos, que contemplaram, respectivamente, questões relacionadas ao perfil socioeconômico dos usuários do CRAS Cruzeiro do Sul (informações pessoais, informações sobre a família, situação da moradia e do bairro onde residem), avaliação das atividades do CRAS (opiniões dos cidadãos assistidos pela unidade do CRAS que ele é referenciado, quanto ao conhecimento da unidade, sua infraestrutura e suas atividades) e perfil educacional (cujas informações referiram-se às demandas por atividades educacionais de formação complementar, além de conhecer a escolaridade destes cidadãos).

Como critério de amostragem foram utilizados dados do Cadastro Único, selecionando-se então, 289 famílias de um total de 1143 credenciadas no Sistema. O modelo estatístico para cálculo da amostragem, considerando confiança de 95% e margem de erro de 5% é mostrado pela fórmula abaixo:

$$m = \frac{n}{1 + \frac{n-1}{N}} \quad m = \frac{385}{1 + \frac{384}{1143}} \quad m = 289$$

Onde:

$N = 1143$ famílias catalogada no CADÚnico;

$m = amostra$.

Sumariamente; os questionários foram elaborados de maneira conjunta entre os pesquisadores, os funcionários do CRAS Cruzeiro do Sul (gestor e psicólogo) e SDS (coordenadoria da PNAS no município e funcionários) na forma de um pré-teste para enquadrar as temáticas de interesses, seguidamente aplicou-se algumas amostras de questionários a cidadãos de interesse para validar o entendimento da linguagem.

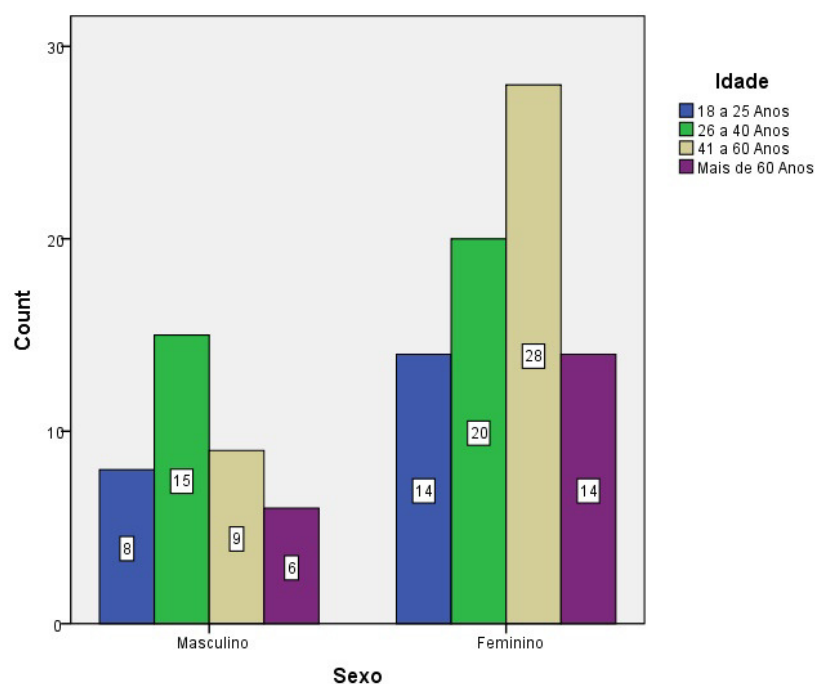
Os questionários foram aplicados entre agosto e setembro de 2015 e seu lançamento foi efetuado em planilha do Microsoft Excel (modelo em apêndice) e exportado para o programa SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) entre os meses de outubro e dezembro do mesmo ano. Com um total de 114 respostas, foram elaborados gráficos ilustrativos que fizeram a relação entre as variáveis e categorias utilizadas. Além dos gráficos individualizados obtidos – 73 gráficos de acordo com as 73 questões abordadas – foi possível elaborar o cruzamento de variáveis para realizar a análise dos perfis dos usuários do CRAS do Cruzeiro do Sul.

4 ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção será abordado algumas informações que foram coletadas durante a pesquisa, além disso, tais informações foram cruzadas entre elas para permitir que o campo do debate acerca do conhecimento dos perfis dos cidadãos fosse ampliado.

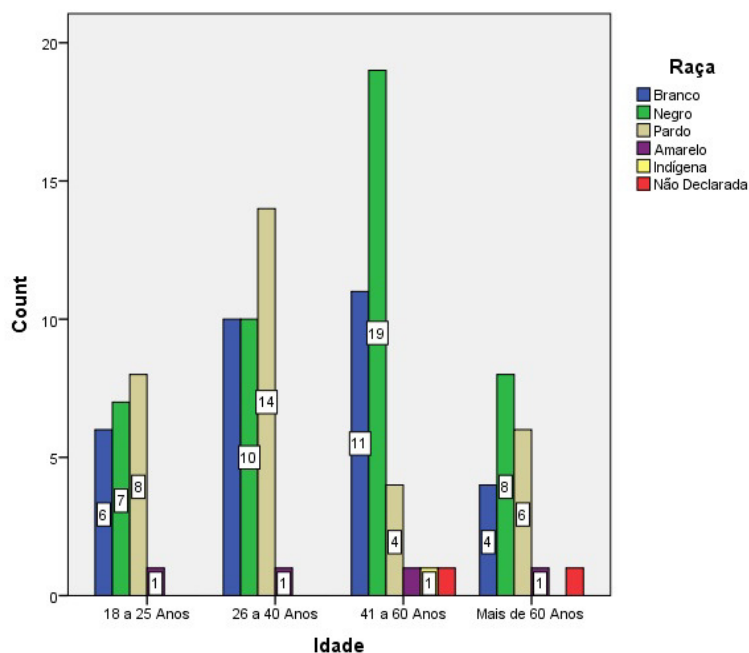
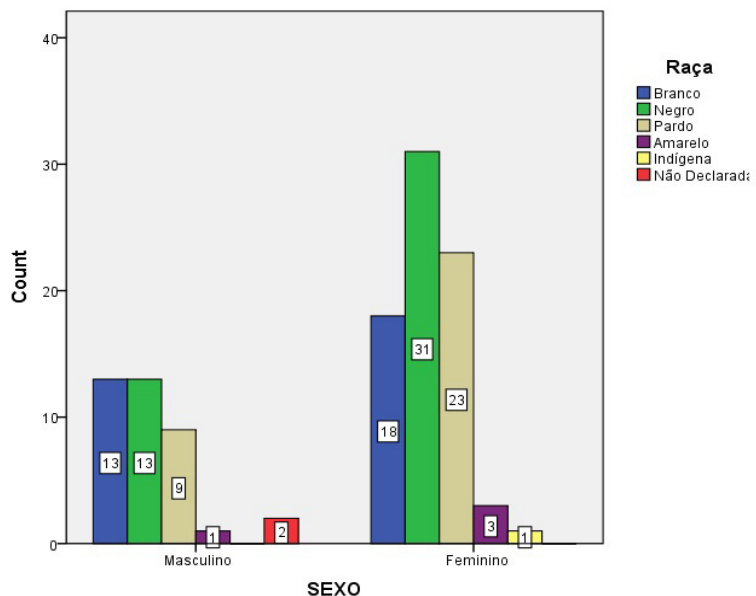
4.1 Perfil Socioeconômico das Famílias

Gráfico 1. Relação entre gênero e idade dos usuários



Fonte: Dados da pesquisa.

Pelos dados do gráfico 1, ao analisar a variável gênero, têm-se 66% de mulheres e 33% de homens do total de entrevistados. Já com relação à faixa etária, a maioria dos 38 homens que responderam o questionário detinham idade entre 26 e 40 anos (13,16%). Do restante têm-se que 7,89% possuíam entre 41 e 60 anos, 7,02% tinham entre 18 e 25 anos e 5,26% estão com idade superior a 60 anos. Do total das 76 mulheres respondentes, 24,56% estavam com idade entre 41 e 60 anos, 17,54% possuíam entre 26 e 40 anos, 12,28% tinham entre 18 e 25 anos e 12,28% estavam com idade superior a 60 anos.

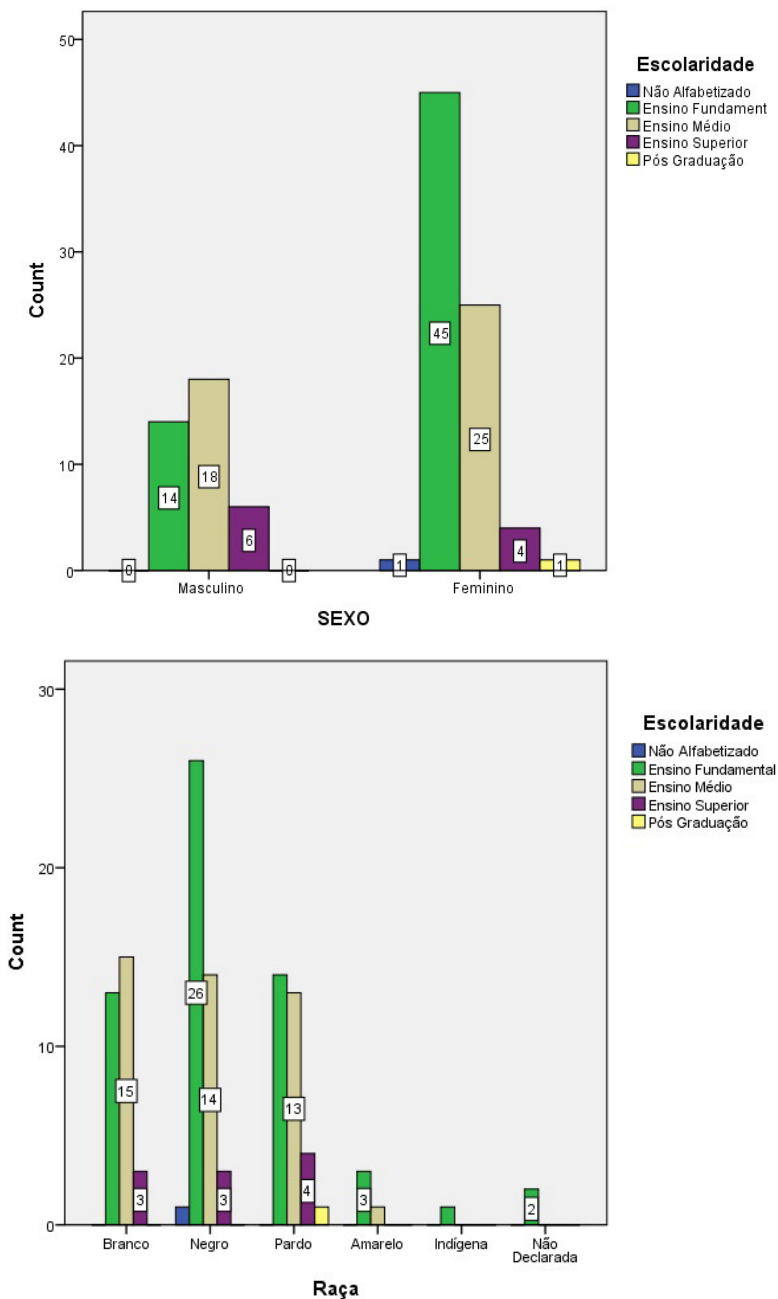
Gráfico 2. Relação entre gênero, idade e raça dos usuários

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar as relações entre gênero e raça, conforme mostra o gráfico 2, do total de 114 pessoas entrevistadas, 13 homens se consideraram "brancos" e outros 13 se consideraram "negros", 9 homens se consideraram "pardos" e apenas 1 se considerou "amarelo". Não houve identificação de indígenas e, apenas dois homens não declararam raça. Com relação às mulheres, 31 se declararam "negras", seguidas por 23 declarações "pardas", 18 declarações

"brancas" e 3 declarações "amarelas". Apenas 1 mulher se declarou indígena. Esses dados evidenciaram o quão grande é a miscigenação da população dos bairros assistidos pelo CRAS Cruzeiro do Sul. Por outro lado, quando comparamos as relações entre idade e raça, do total de 44 pessoas declaradas negras, 16,67% estavam/estão com idade entre 41 e 60.

Gráfico 3. Relação entre gênero, raça e escolaridade dos usuários



Fonte: Dados da pesquisa.

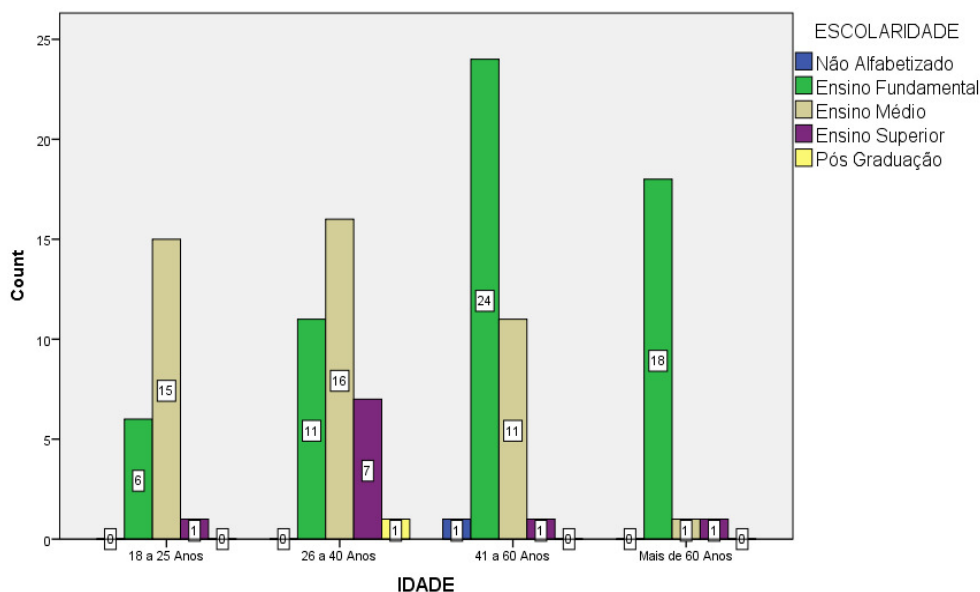
A partir dos dados do gráfico 3, dos respondentes do sexo masculino 36,8% possuem o Ensino Fundamental e 47,3% o Ensino Médio. Entre o total de respondentes, 15,8% concluíram o ensino superior. Considerando as respondentes do sexo feminino, tem-se que 1,3% não são alfabetizadas, 59,2% possuem o Ensino Fundamental e 32,9% possuem o Ensino Médio concluído. E 5,2% das mulheres possuem Ensino Superior e 1,3% fizeram algum curso de Pós-Graduação.

Em relação às variáveis raça e escolaridade, temos que a grande maioria dos respondentes que se declararam negros possuem o ensino fundamental (22,80%), cerca de 12,28% possuem o ensino médio e 2,63% concluíram o ensino superior. Sobre os respondentes que se declararam brancos, 13,16% possuem ensino médio, 11,40% possuem ensino fundamental e cerca de 2,63% concluíram o ensino superior. Dos respondentes que se declararam pardos, 12,28% possuem o ensino fundamental, 11,40% possuem o ensino médio, 3,51% concluíram o ensino superior, e 0,88% cursaram alguma pós-graduação.

Com relação ao total de respondentes, 59 pessoas (46,5%) possuem apenas o ensino fundamental completo, e deste total, 40 (35,1%) são negros/pardos. Se for considerado o número de moradores negros/pardos que apresentam ensino fundamental ou ensino médio completo, tem-se um total de 58% do número de entrevistados. Esses dados demonstram que a ausência de qualificação, pode, por exemplo, estar atrelada a condição de vulnerabilidade social, e que são necessárias políticas públicas inclusivas para a educação condicionando a possibilidade de colocação profissional e melhoria da qualidade de vida.

O desenho da realidade social e econômica dos municípios brasileiros por meio da pesquisa pode ser uma ferramenta crucial para o processo de planejamento público, sobretudo quando se analisa a in(capacidade) de execução da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). As avaliações deveriam ser empregadas de forma mais intensiva pelos gestores públicos municipais como forma de mudança do status emergencial da política.

Pelo gráfico 4 nota-se que dos respondentes com idade entre 18 e 25 anos, 68,2% possuem Ensino Médio completo, ou seja, um percentual baixo quando se consideram os índices previstos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ainda que não haja população não alfabetizada nesse grupo analisado. Nesta faixa etária, considerando especialmente as possibilidades socioterritoriais, seria desejável encontrar estudantes de pós-graduação, no entanto, nenhum cidadão afirmou cursar alguma especialização.

Gráfico 4. Relação entre as variáveis idade e escolaridade dos usuários

Fonte: Dados da pesquisa.

Ressalta-se também, que para esta faixa etária, existe a necessidade de fiscalização das condições de gerenciamento das condicionalidades (educação) do Programa Bolsa Família, que determina que as crianças e adolescentes frequentem a escola para a continuidade da participação no programa. O caso retrata de forma incipiente (embora apresente importância) uma continuação da situação de dependência do Estado, pois demonstra que 31,8% da população não se qualificou (ensino médio) para conseguir empregos que remunerariam melhor a família, e assim, necessitam de complementação orçamentária estatal por meio do benefício.

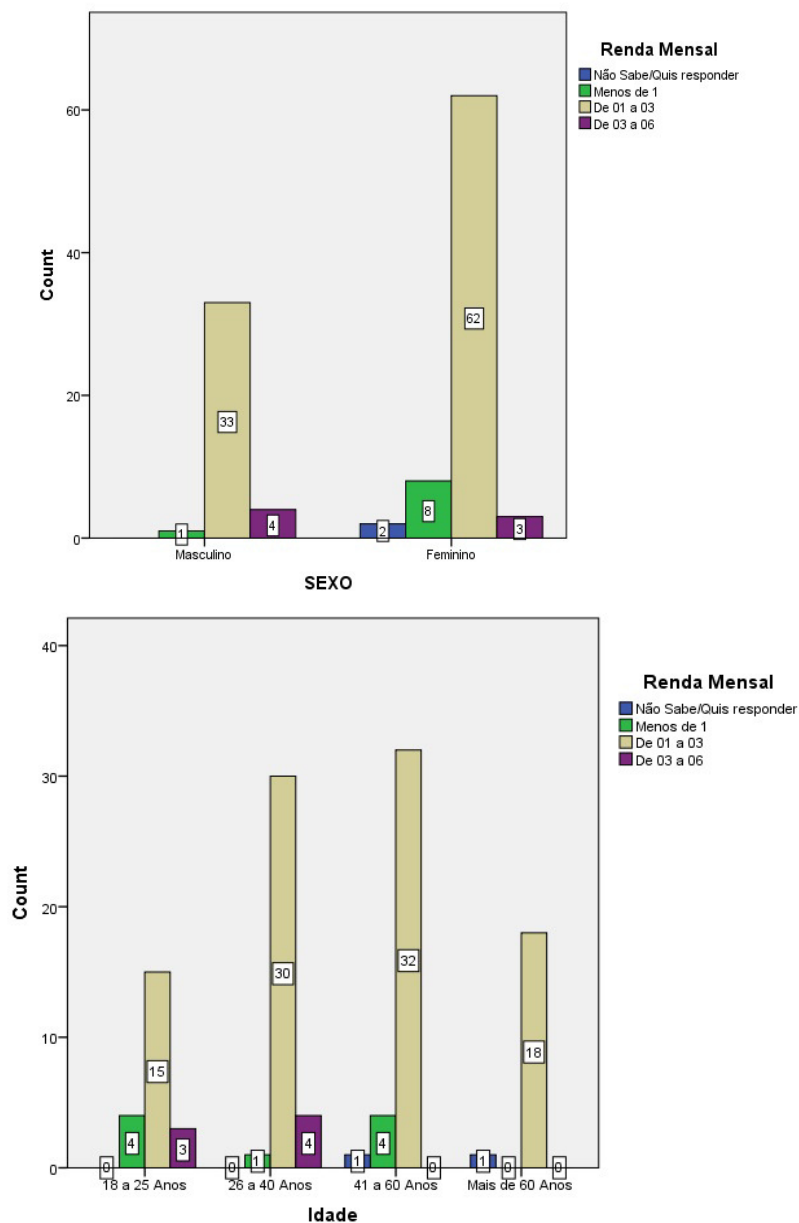
Na faixa etária entre 26 e 40 anos, 47,5% concluíram o Ensino Médio, não existem analfabetos e os pós-graduandos somam apenas 2,8% de respondentes. Já nas idades entre 41 e 60 anos, aproximadamente 64,8% dos respondentes têm somente Ensino Fundamental completo, indicando uma situação de baixa qualificação, o que certamente corroborou, dentre outras variáveis não abordadas, para que estas famílias se encontrassem em situação de vulnerabilidade social.

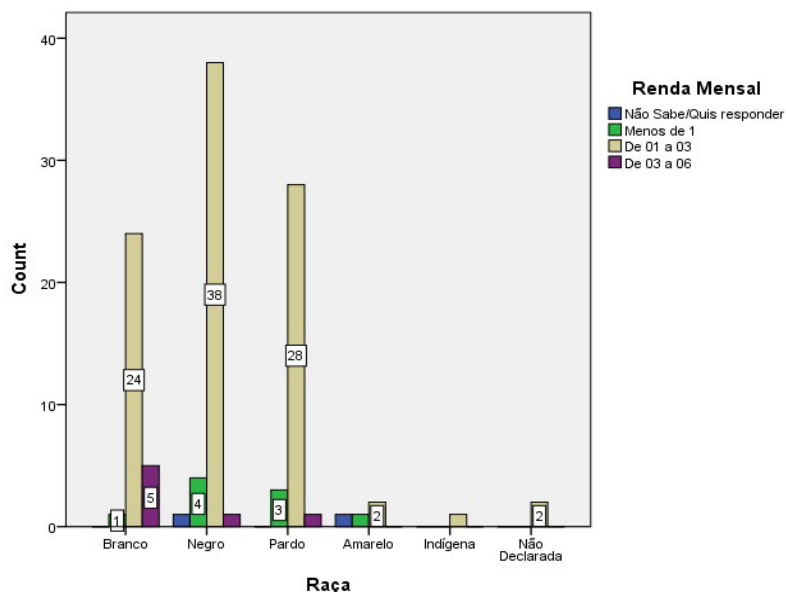
Ainda, considera-se para esta população, que 2,7% são não-alfabetizados e 2,7% possuem Ensino Superior Completo, número baixo se observarmos que a cidade possui alta vocação educacional, considerando suas diversas Escolas Públicas para Educação Básica (municipais e estaduais), Faculdades e uma Universidade Federal. Por fim, têm-se como

indicadores para os respondentes com idades superiores a 60 anos, que 90% dos respondentes possuem Ensino Fundamental concluído, apenas 5% possuem ensino médio completo e a mesma quantidade possui ensino superior, não havendo analfabetos e pós-graduados.

A partir dos dados do gráfico 5, do total de respondentes (sem distinção de gênero) 7,9% possuem renda mensal menor que 1 salário mínimo, 83,3% possuem renda mensal entre 01 e 03 salários mínimos e, apenas 6,1% recebem mais que 3 salários mínimos.

Gráfico 5. Relação entre gênero, raça, idade e renda mensal dos usuários



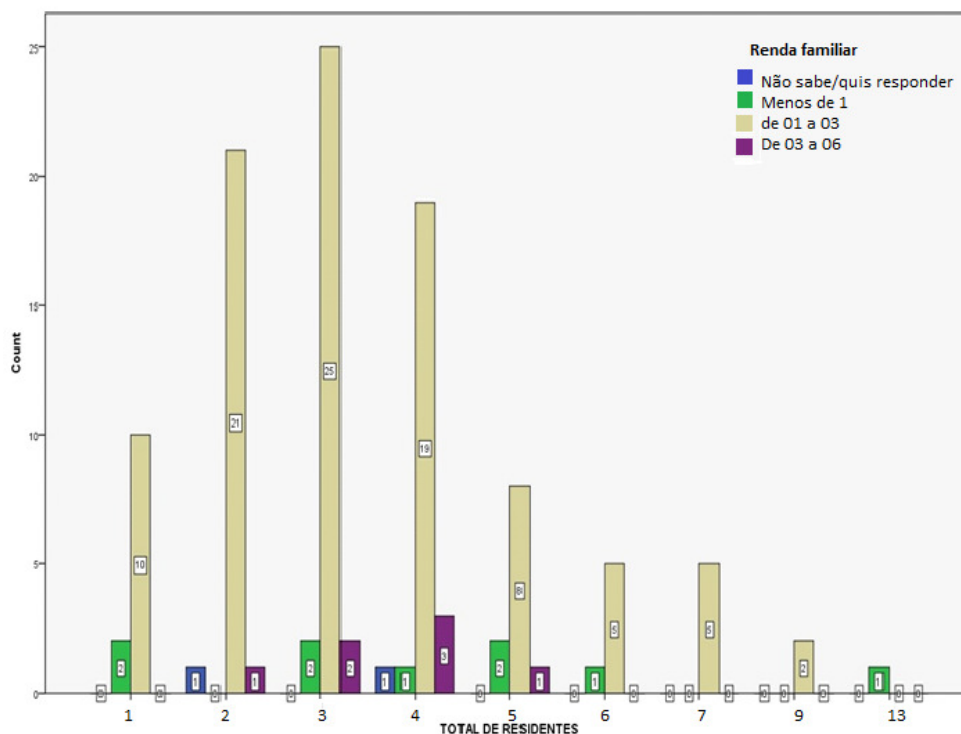


Fonte: Dados da pesquisa.

Do total de respondentes que apresentam renda mensal entre 01 a 03 salários mínimos, 28,07% se encontram com faixa etária entre 41 e 60 anos; 26,31% estão com faixa etária entre 26 a 40 anos; 13,16% estão na faixa etária entre 18 a 25 anos e 15,79% possuem mais de 60 anos. Do total de respondentes cuja renda é inferior a 1 salário mínimo, 7,88% se encontram com idade entre 18 e 60 anos. Em resumo, 91,2% da população assistida pelo CRAS Cruzeiro do Sul apresenta renda inferior a 3 salários mínimos.

Dados gerais demonstram, portanto, que a população negra/parda possui menor renda mensal, menores graus de escolaridade e são compostas em sua maioria por mulheres (mães de famílias). Esta situação indica a necessidade de que o poder público local precisa se preocupar quanto à promoção de políticas públicas assistenciais, inclusivas e de geração de renda atreladas ao responsável de cada família, além de competências adequadas aos perfis da população local.

Em virtude de tais dados, as informações do gráfico 6 elenca o total de residentes em cada lar e a renda familiar, temos que a maioria dos respondentes possuem em suas residências três moradores (25,44%). As residências de dois e quatro moradores representam 42,1% (ambos com 21,05%), as residências com apenas um morador representam 10,53%, as residências com cinco moradores somam 9,65%, as residências com seis moradores correspondem a 5,26% e, por último, as residências com sete moradores apresentam 4,39%.

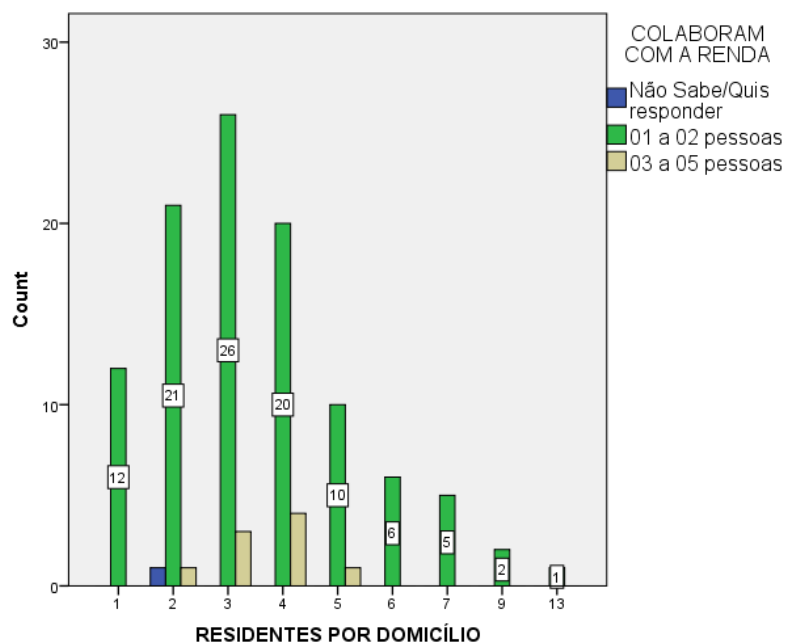
Gráfico 6. Relação entre total de residentes e renda familiar dos usuários

Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda, das famílias que recebem de 01 a 03 salários mínimos, a grande maioria reside em casas com 03 moradores (22,12%), seguidas por casas com 02 moradores (18,58%), com 04 moradores (16,81%), com 05 moradores (7,08%), com 06 moradores (4,42%), e por fim casa, casas com até 07 moradores (1,77%). Para as famílias que recebem menos de 01 salário mínimo, 5,2% das residências apresentam entre 03 e 06 moradores. Uma das famílias entrevistadas possuía 13 residentes para uma renda inferior a R\$937,00 (novecentos e trinta e sete reais), segundo informações do Decreto Nº 8.948, de 29 de dezembro de 2016.

Tal valor é considerado crítico para o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas⁹ que apresenta o valor de R\$79,00 mensais que uma pessoa deveria receber para satisfazer suas mínimas necessidades calóricas (considera-se aqui os preços de Julho de 2000 sem a correção de inflação para o período, bem como o salário mínimo na época de realização desta pesquisa).

⁹ Versa sobre a quantidade de renda adicional que deveria receber uma pessoa para a garantia do consumo de necessidades calóricas mínimas de acordo com informações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e respaldada pela Organização das Nações Unidas (ONU)

Gráfico 7. Relação entre total de residentes e renda familiar dos usuários

Fonte: Dados da pesquisa.

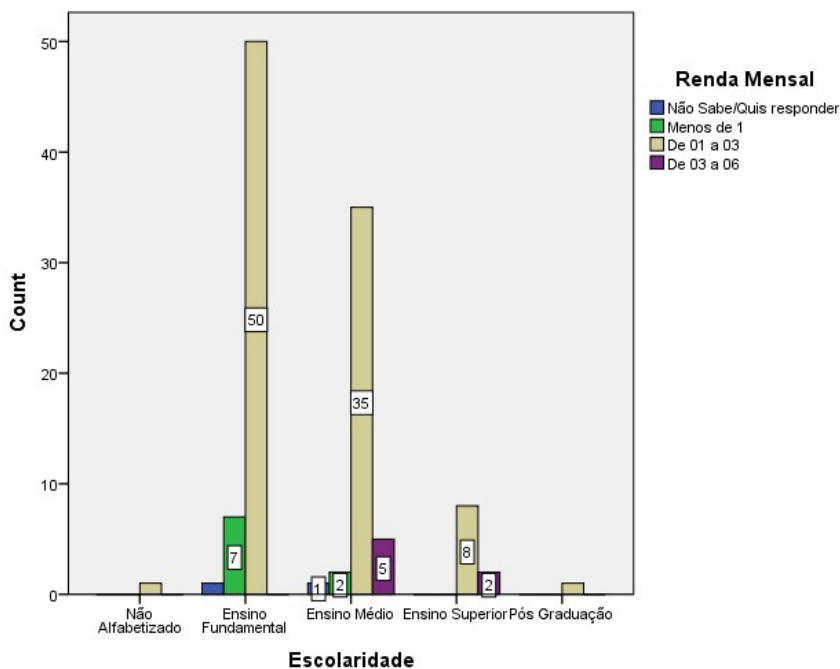
Esses números preocupam ainda mais quando se leva em consideração os dados do gráfico 7, que nos possibilita interpretar da amostra que, em domicílios com maior número de residentes há uma quantidade baixa de pessoas que contribuem com a renda familiar. Embora não tenham sido questionados os motivos que levam a baixa contribuição, destaca-se haver muitas crianças e adolescentes.

Do total de domicílios pesquisados, somente 9,5% dos domicílios possuem de 3 a 5 contribuintes com a renda familiar, sendo 1,7% para residências com até 2 pessoas, 2,6% para residências com até 3 pessoas, 3,5% para residências com até 4 pessoas e 1,7% para residências com até 5 pessoas. Há de se destacar, também, que em alguns domicílios, terceiros (pessoas que não residem nas casas) contribuem com a renda mensal da família.

De acordo com dados do gráfico 8, dos respondentes não alfabetizados 0,9% possuem a renda mensal de um a três salários mínimos. Dos 51,8% que concluíram o Ensino Fundamental, 43,9% recebem de um a três salários mínimos, 6,1% recebem menos de um salário mínimo, e 0,9% não sabem ou não quiseram responder a renda mensal. Não foi identificado ninguém com Ensino Fundamental que recebesse de três a seis salários mínimos. Dos 37,7% que concluíram o Ensino Médio, grande parte (30,7%) recebe de um a três salários

mínimos, 4,4% de três a seis salários mínimos, 1,7% menos de um salário mínimo e 0,9% não quiseram responder.

Gráfico 8. Relação renda mensal e escolaridade dos usuários



Fonte: Dados da pesquisa.

Dos respondentes que concluíram o Ensino Superior (8,8%), 7,1% recebem de um a três salários mínimos e 1,7% de três a seis salários. Aqueles que possuem pós-graduação (0,9%) recebem de um a três salários mínimos. Esses dados demonstram que a falta de qualificação pode ser um fator importante para a colocação profissional, dentre outras variáveis não abordadas, evidentemente.

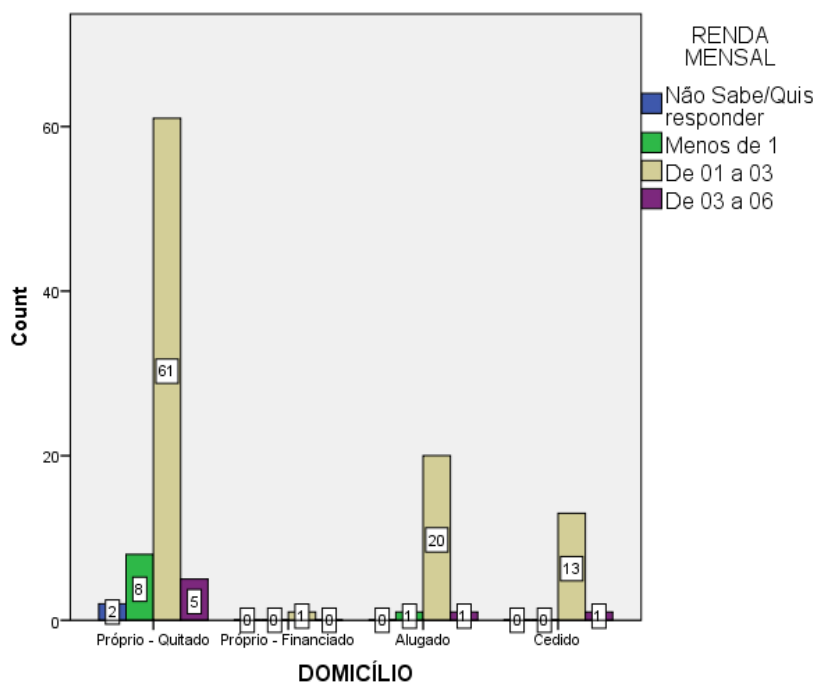
De acordo com a ocupação e a profissão dos respondentes, conforme mostra os dados do Quadro 1, tem-se que a maioria são aposentados (27,2%). Outras profissões incluem: serviços manuais (20,2%) e serviços gerais (18,4%), percentual elevado em comparação com as demais profissões e que pode estar relacionada ao grau de escolaridade entre outras variáveis; motoristas (4,4%); beneficiários e auxiliares administrativos (3,5% cada); pensionistas e comerciantes (2,6% cada); e, por fim, domésticas(os) e aqueles que não souberam dizer sobre sua profissão (1,8% cada). Agricultores, auxiliares de cozinha, auxiliares manuais, conferências de saída, contadores, desempregados, laticínios, professores, recursos humanos, técnicos em informática, terapeutas corporais, vendedores de consórcio e

vendedores representaram 0,9% cada (por isso a informação gráfica de 0 acima). Houve um erro (0,9%) referente à aplicação do questionário ou à falta de entendimento dos respondentes e, portanto, não corresponde a uma não resposta.

Quadro 1. Relação renda mensal e profissão dos usuários

Profissão	Quantidade de pessoas	Renda
Agricultor	2	De 01 a 03 salários mínimos
Aposentado	31	De 01 a 03 salários mínimos
		Não sabe/não quis responder
Autônomo	1	De 01 a 03 salários mínimos
Auxiliar Administrativo	4	De 01 a 03 salários mínimos
Auxiliar de Cozinha	1	Menos de 01 salário
Auxiliar de Manutenção	1	De 01 a 03 salários mínimos
Beneficiário	4	Menos de 01 salário
		De 01 a 03 salários mínimos
Comerciante	3	De 01 a 03 salários mínimos
Conferência Saída	1	De 01 a 03 salários mínimos
Contadora	1	De 01 a 03 salários mínimos
Desempregado	1	Menos de 01 salário
Do Lar	1	Menos de 01 salário
Domestica	2	De 01 a 03 salários mínimos
Laticínio	1	De 01 a 03 salários mínimos
Motorista	5	De 01 a 03 salários mínimos
Não Sabe	2	De 01 a 03 salários mínimos
Pensionista	3	De 01 a 03 salários mínimos
Professor	1	De 01 a 03 salários mínimos
Recursos Humanos	2	De 01 a 03 salários mínimos
Serviços Gerais	20	De 01 a 03 salários mínimos
		Menos de 01 salário
Técnico em Informática	1	De 01 a 03 salários mínimos
Terapeuta Corporal	1	De 01 a 03 salários mínimos
Vendedora de Consórcio	1	De 01 a 03 salários mínimos
Vendedora	1	De 01 a 03 salários mínimos
Serviços Manuais	23	De 01 a 03 salários mínimos
		Menos de 01 salário
		Não sabe/não quis responder

Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 9. Relação entre renda mensal e condição do domicílio dos usuários

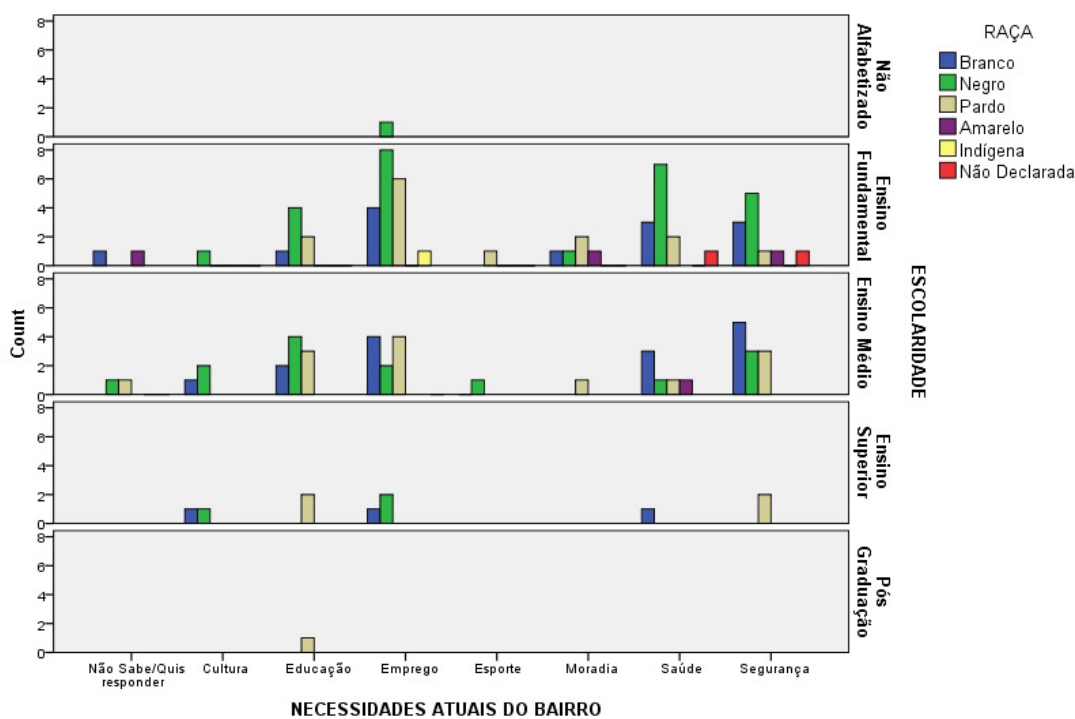
Fonte: Dados da pesquisa.

Quando comparada a situação de regularização do imóvel (Gráfico 9) do respondente e a renda mensal da família, têm-se que 67,5% possui imóvel próprio já quitado, 19,3% têm imóvel alugado, 12,3% possuem imóvel cedido por alguém e apenas 0,9% possuem imóvel financiado. Em relação à renda mensal (considerando-se um erro de 0,9%, seja ao aplicar o questionário ou pela falta de compreensão dos respondentes), 1,8% dos entrevistados não responderam, 6,1% possuem de três a seis salários como renda mensal, 7,9% têm renda mensal menor que um salário mínimo e 83,3% recebem de um a três salários mínimos.

Dos respondentes com imóveis próprios, quitados, 2,6% não sabe ou não quis responder a respeito da renda mensal familiar, 79,22% recebem de um a três salários, 6,5% recebem de três a seis salários e 10,38% têm renda inferior a um salário. Já o respondente que possui imóvel financiado recebe, exclusivamente, de um a três salários mínimos. Em relação aos respondentes que residem em imóveis alugados, 90,9% recebem de um a três salários mínimos, 4,5% têm renda mensal de três a seis salários e 4,5% possuem renda mensal inferior a um salário mínimo, a quem se deve dar maior atenção. Dos residentes em imóveis cedidos, 92,85% têm renda de um a três salários mínimos mensais e 7,14% recebem de três a seis salários mínimos.

Verifica-se, contudo, que a maioria dos respondentes tem renda entre 01 e 03 salários mínimos, possui imóvel já quitado, apresenta majoritariamente 3 moradores por domicílio e são principalmente aposentados. Tendo em vista que a principal fonte de renda auferida por essas famílias é decorrente da aposentadoria, seguido por serviços manuais e serviços gerais, vê-se que a remuneração principal de tais famílias é advinda de cargos de baixos salários, e em observância a aposentadoria ser a fonte de renda primordial dos respondentes, verifica-se que quem contribui efetivamente com a renda familiar já não se encontra na população economicamente ativa. O número de residentes por imóvel não é um número preocupante, mas deve-se atentar ao fato de quantos contribuintes com renda há em cada domicílio, pois como já mencionado, a maioria recebe entre 1 e 3 salários mínimos, o que evidencia que tais famílias não possuem o consumo básico saciado.

Gráfico 10. Relação entre raça, escolaridade e necessidades por bairros assistidos

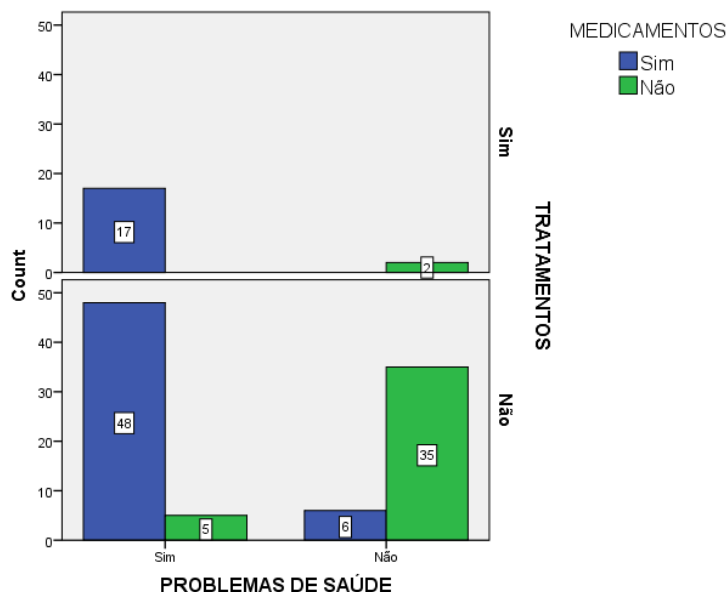


Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo as respostas para as principais necessidades (tipos de intervenção em políticas do poder público) apresentadas pelo Gráfico 10, a maioria dos respondentes elegeram o Emprego (28,9%) como a maior preocupação atual, seguido da Segurança (21,7%), da Saúde (17,5%) e da Educação (16,7%); Cultura e Moradia aparecem empatadas em 5,3% cada e, somente 1,8% apontaram o Esporte como uma necessidade do bairro

atualmente. Deduz-se que os dados da segurança reflitam bem a situação de marginalização a que estão submetidos os moradores quando existem baixos índices de empregabilidade, saúde e educação.

Gráfico 11. Relação entre problemas de saúde, medicamentos e tratamentos da população



Fonte: Dados da pesquisa.

Ao se analisar os dados do Gráfico 11 verificou-se que 62,3% da população possui algum tipo de problema de saúde, 63,2% dos respondentes utilizam medicamentos e 82,5% não têm acesso a qualquer tipo de tratamento (considerando-se um erro de 0,9%, seja ao aplicar o questionário ou pela falta de compreensão dos respondentes).

Dos respondentes com problemas de saúde, 92,95% usam algum medicamento, 7,04% não utilizam nenhum medicamento. Ainda com relação a esses respondentes, 23,9% realizam algum tratamento de saúde e 76,05% não têm acesso a nenhum tratamento. Em relação aos respondentes que não possuem problemas de saúde, 13,95% fazem uso de medicamentos e 4,65% realizam tratamentos, o que demonstra a importância e necessidade da atuação das instituições de ensino locais para a conscientização acerca da profilaxia em regiões de alta vulnerabilidade e dos problemas da automedicação/tratamento sem acompanhamento médico.

Analisando-se os bairros mapeados (Quadro 2), têm-se que a maioria dos respondentes estão no Novo Horizonte (22,8%) e Cruzeiro do Sul (24,6%), sendo 4,4% residentes do bairro Vila Santa Terezinha, 3,5% do bairro Costa Pinto, 6,1% do bairro Pedreira, 4,4% do bairro

Tipuana I, 4,4% do bairro Tipuana II, 2,6% do bairro Ouro Preto, 7,9% do bairro Retiro, 5,3% do bairro Jardim São Paulo, 10,5% do Vila Martins e 3,5% do bairro Arthur Bernardes.

De acordo com os 65 respondentes que informaram seu problema de saúde, a hipertensão se destaca como a principal enfermidade (23,7%), seguido de Alzheimer (0,9%), anemia (0,9%), ansiedade (0,9%), asma (0,9%), bipolaridade (0,9%), bronquite (0,9%), câncer (0,9%) e depressão (0,9%). Cabe ressaltar que 15,8% possuem mais de um tipo de enfermidade (Gráfico 13).

Quadro 2. Relação entre bairros e enfermidades dos usuários

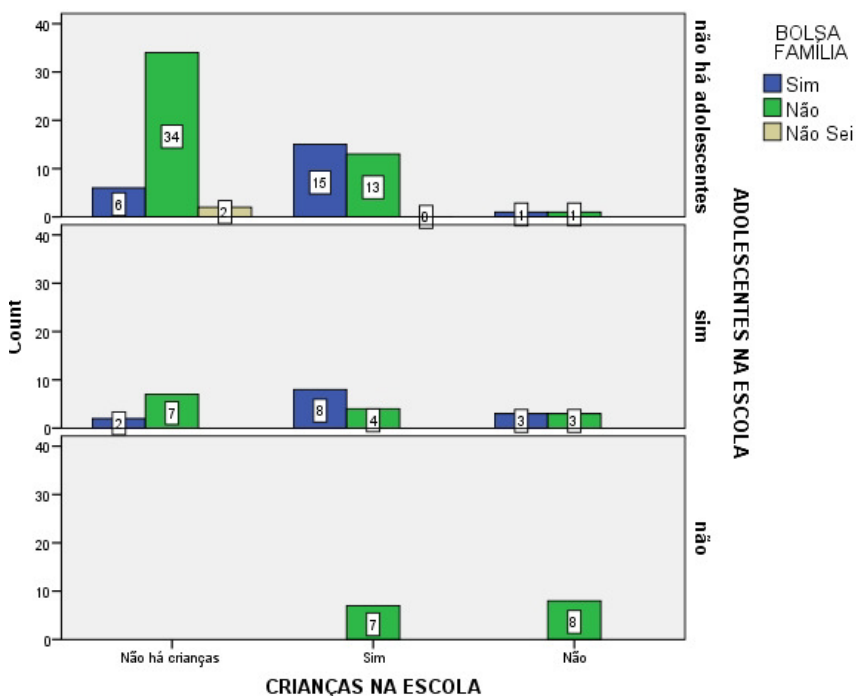
Doenças	Bairro	Quantidade
Não apresenta problema de saúde	Novo Horizonte	10
	Vila Santa Terezinha	1
	Costa Pinto	1
	Pedreira	1
	Tipuana I	3
	Tipuana II	2
	Cruzeiro do Sul	9
	Retiro	7
	Jd São Paulo	3
	Vila Martins	7
	Arthur Bernardes	2
	Alzheimer	Arthur Bernardes
Novo Horizonte		1
Ansiedade	Cruzeiro do Sul	1
Asma	Cruzeiro do Sul	1
Bipolaridade	Retiro	1
Bronquite	Vila Martins	1
Câncer	Cruzeiro do Sul	1
Depressão	Novo Horizonte	1
Diabetes	Novo Horizonte	1
	Jd São Paulo	1
	Vila Santa Terezinha	1
	Tipuana I	1
	Tipuana II	1
	Costa Pinto	2
	Pedreira	1
Doença Cardíaca	Cruzeiro do Sul	1
	Retiro	1

	Jd São Paulo	1
	Vila Martins	1
Hipertensão	Novo Horizonte	6
	Vila Santa Terezinha	2
	Tipuana I	2
	Pedreira	2
	Tipuana II	1
	Retiro	1
	Costa Pinto	10
	Vila Martins	2
	Arthur Bernardes	1
	Neofragia	Novo Horizonte
Psicológica	Cruzeiro do Sul	1
Possui várias enfermidades	Novo Horizonte	5
	Pedreira	4
	Costa Pinto	1
	Tipuana I	1
	Tipuana II	1
	Ouro Preto	1
	Cruzeiro do Sul	3
	Vila Martins	1
	Arthur Bernardes	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Com finalidade de esclarecimento, de acordo com informações da Previdência Social, podem receber o BPC pessoas idosas com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência. O benefício é destinado a idosos que não têm direito à previdência social e a pessoas com deficiência que não podem trabalhar e levar uma vida independente. A renda familiar nos dois casos deve ser inferior a 1/4 do salário mínimo.

Do total de domicílios entrevistados considerando aqueles que possuíam crianças e/ou adolescentes, conforme os dados do Gráfico 12 temos que 23,7% dos adolescentes frequentam a escola e 13,2% não frequentam, enquanto 63,2% destes domicílios não possuem adolescentes. Com relação às crianças, 41,2% frequentam a escola e 14% não frequentam, enquanto 44,7% dos domicílios não possuem crianças. Em relação ao Programa Bolsa Família (PBF), apenas uma minoria (30,7%) recebe o benefício, contra uma ampla maioria que não o recebe (67,5%); somente 1,8% dos respondentes não souberam/quiseram responder sobre.

Gráfico 12. Relação entre o PBF e o número de crianças/adolescentes na escola

Fonte: Dados da pesquisa.

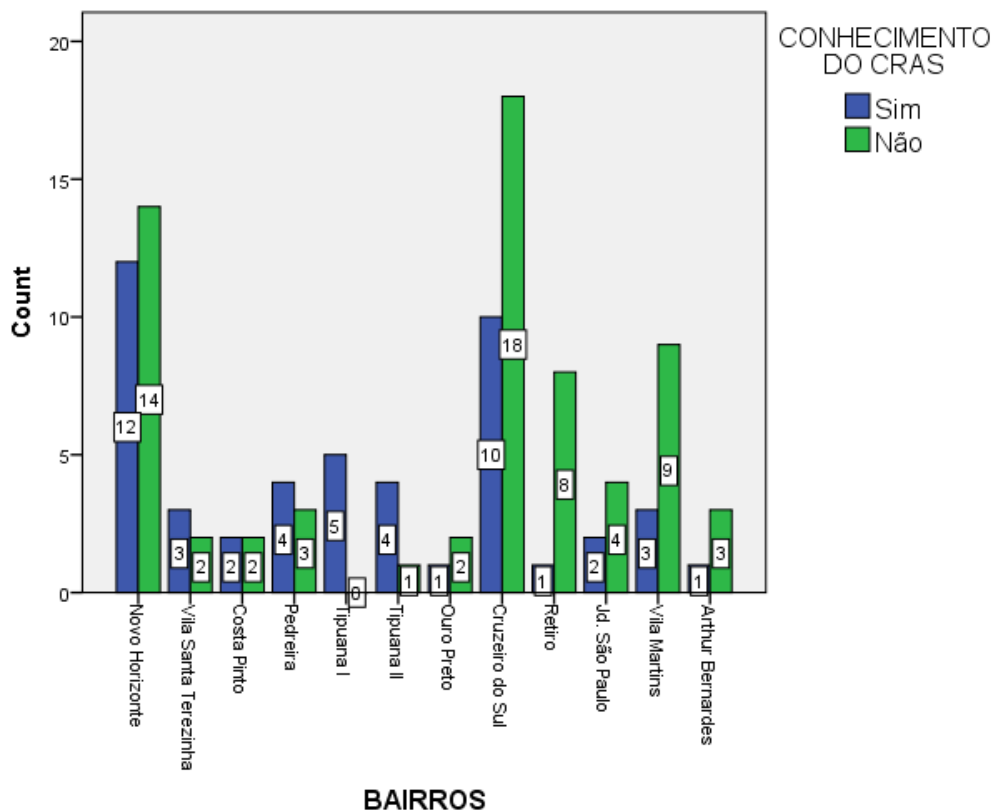
4.2 Possibilidades de Intervenção Social/Educacional e Avaliação do CRAS

Identificou-se que a grande maioria (57,9%) não conhece as atividades desenvolvidas e apenas 42,1% conhece o Centro de Referência.

De forma geral, conforme dados do gráfico 13, do quantitativo de 22,8% dos respondentes do bairro Novo Horizonte, sinaliza-se que 12,3% não tem conhecimento sobre o CRAS. Na Vila Santa Terezinha tiveram poucos respondentes (4,4%), mas constatou-se que apenas 2,7% conhecem o CRAS. No bairro Costa Pinto o percentual de respondentes também foi baixo (3,5%), e deste total, 1,8 % não conhecem o CRAS. Dos 6,1% de respondentes no bairro Pedreira, apenas 3,5% possuem conhecimento sobre o CRAS. Obteve-se o mesmo percentual (4,4%) de respondentes nos bairros Tipuana I e Tipuana II, mas no primeiro todos os respondentes conhecem o CRAS, ao contrário do Tipuana II, em que 0,9% não conhecem o CRAS. No bairro Ouro Preto, dos 2,6% de respondentes, 1,7% não conhecem o CRAS. No bairro Cruzeiro do Sul tivemos um grande percentual de respondentes (24,6%), porém, 15,8% deste total não conhecem o CRAS. No bairro Retiro obteve-se 7,9% de respondentes, onde 7% não conhecem o CRAS. No bairro Jardim São Paulo (5,3% de respondentes) 3,6% não

tem conhecimento sobre o CRAS. Em Vila Martins a maioria não conhece o CRAS (7,9%). No bairro Arthur Bernardes dos 3,5% de respondentes, 2,6% não conhece o CRAS. Esse resultado agiganta para uma questão crucial: existe a necessidade de uma melhor divulgação acerca dos serviços e atividades do CRAS, sobretudo, porque os bairros mais vulneráveis desconhecem sua função.

Gráfico 13. Relação entre conhecimento do CRAS e bairros atendidos pelo CRAS



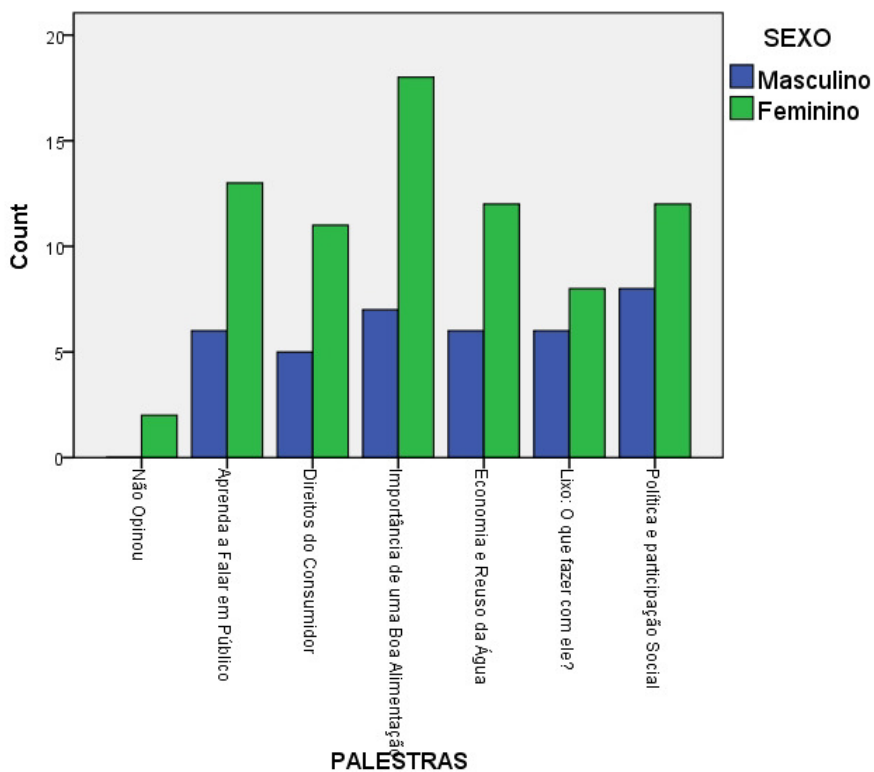
Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando as pessoas que já conhecem o CRAS, do total de 42,11%, apenas 10,71% já receberam visita e o restante das 31,25% nunca receberam. Todos os 57,9% que não conhecem o CRAS nunca receberam alguma visita.

De acordo com os dados do Gráfico 14, considerando a quantidade maior de mulheres respondentes, comumente donas de casa, as escolhas das palestras/temas refletiram em temas como uma boa alimentação (21,9%), política e participação social (17,5%); "falar em público" (16,7%); economia e reuso da água (15,8%), Direitos do Consumidor (14%); descarte correto

do lixo (12,3%) e somente (1,8%) dos entrevistados não opinaram, colocando em evidencia o interesse pelos temas trabalhados, bem como por sua variedade apresentada. Todas estas temáticas foram retiradas do manual de curso de extensão ofertados pela UFLA no ano de 2015 com intenção de verificar se a Universidade poderia colaborar com o oferecimento de oficinas e se estas eram de interesse da população residente no bairro.

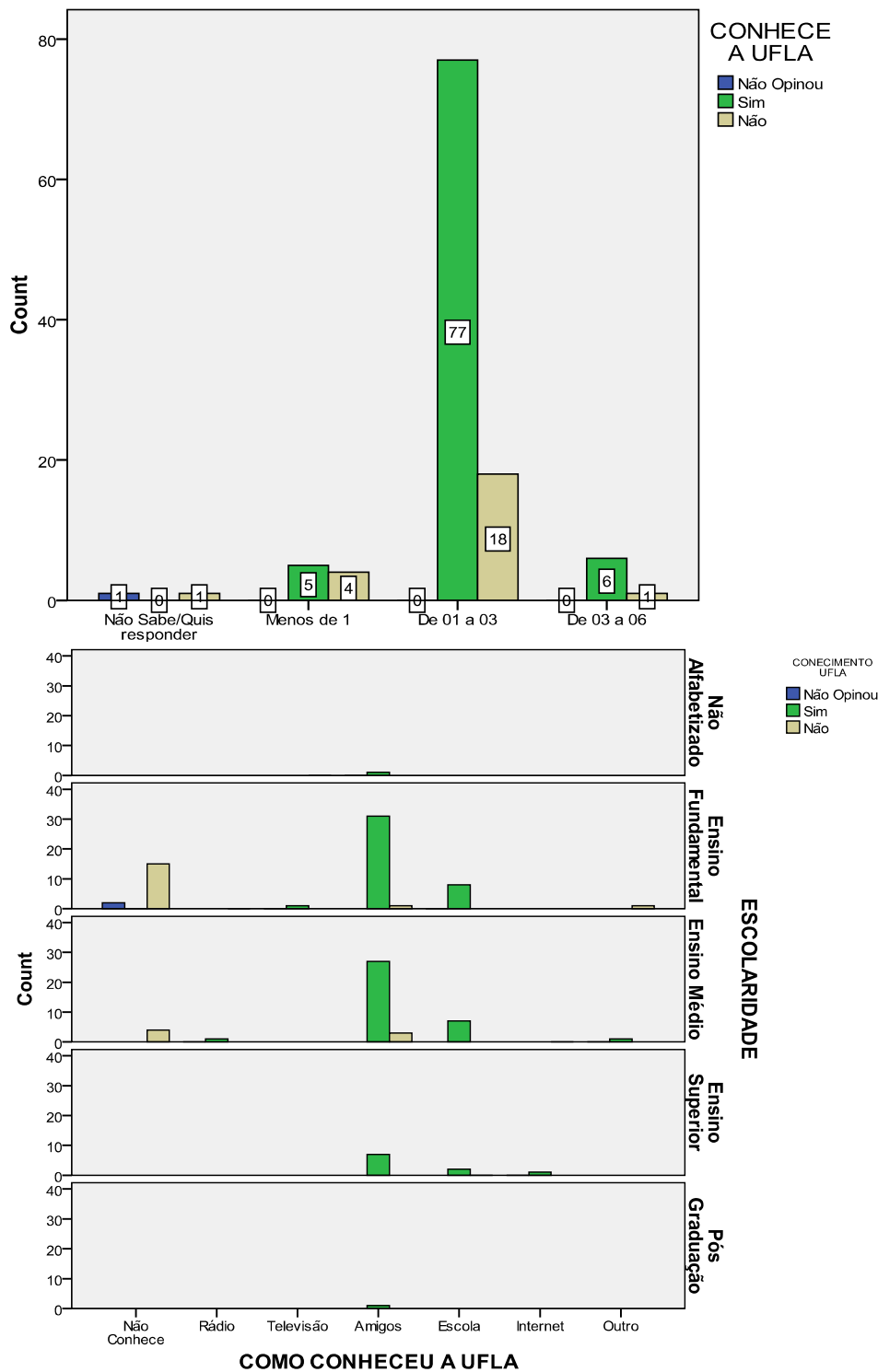
Gráfico 14 - Relação entre gênero e palestras preferidas pelos usuários



Fonte: Dados da pesquisa.

Com a análise do Gráfico 15 percebemos que 24 pessoas não conhecem a UFLA. Desse total, dentro da faixa salarial entre 01 e 03 salários mínimos, 18 respondentes não conhecem a UFLA. Para respondentes com renda mensal menor que um salário mínimo temos 4 respondentes que não conhecem a UFLA e 1 respondente para as demais faixas salariais. Ainda, se faz importante considerar que todos os respondentes que desconhecem a UFLA possuem, ou ensino fundamental ou ensino médio concluídos, ou seja, seu público-alvo. Das pessoas que conhecem a instituição, uma ampla maioria diz ter conhecido por meio de amigos ou pela própria escola, caso dos respondentes que ainda se encontram estudando.

Gráfico 15 - Relação entre conhecimento da UFLA, renda, escolaridade dos usuários



Fonte: Dados da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização desta pesquisa foi possível conhecer o perfil dos cidadãos do território de abrangência do CRAS do Cruzeiro do Sul e, conseqüentemente, verificar que existe incompatibilidade entre o que é ofertado e o que é requerido em termos de atividades emancipatórias. Se por um lado existia a oferta de oficinas pela referida unidade do CRAS, função previamente estabelecida na NOB/SUAS para operacionalização da PNAS, por outro, contatou-se baixa participação dos cidadãos devido à ausência de interesse dos cidadãos pelas oficinas temáticas oferecidas.

O desconhecimento do perfil dos cidadãos assistidos era um gargalo presente na elaboração e oferta das oficinas. Não se levava em consideração os interesses de natureza econômica (atividade geradoras de renda familiar), sociais (níveis de escolaridade, idade, gênero, etc.) advindos dos mesmos, logo, as atividades estabelecidas dificilmente atingiam a plenitude das condições emancipatórias previstas. Embora as oficinas identificassem cidadãos em situação de vulnerabilidade e risco social, elas atendiam apenas parcialmente os objetivos da Política Nacional de Assistência Social, visto que elas não garantiam ou geravam condições diretas para a emancipação dos responsáveis pela renda familiar.

A oferta de capoeira, karatê, aulas de violão e afins tinham um direcionamento majoritário ao público infante/juvenil, o que poderia não interessar aos cidadãos adultos e idosos, justificando sua baixa participação nas atividades. Tratando as oficinas como importantes instrumentos para implementação da PNAS, é possível verificar um desvio da finalidade quando observada a necessidade de emancipação social familiar, já que os responsáveis respondentes elencaram sempre o “problema emprego” como a maior preocupação em seus bairros.

E devido ao desconhecimento do CRAS quanto a essa variável da pesquisa, não existia uma grande gama de oficinas que objetivassem a geração de renda e a profissionalização cujo direcionamento seria ao público adulto. Não obstante, os próprios respondentes (57,9%) afirmaram desconhecer o CRAS e/ou as atividades que ele propunha, o que levou a outro fator preocupante, como a própria ineficiência das atividades de divulgação/publicização das ações do CRAS em seu território de abrangência. A deficiência na publicização de uma entidade socioassistencial implica no desconhecimento por parte dos órgãos públicos da existência de cidadãos em situação de vulnerabilidade e risco, ou seja, a política pública pode não conseguir chegar até quem dela carece.

A partir destes apontamentos, constatou-se, também, o distanciamento entre o corpo técnico do referido CRAS da Universidade Federal de Lavras. Tal eventualidade permitiu que o equipamento social não usufruísse do potencial que a instituição de ensino, assim como as demais presentes no município, pode oferecer em termos de atividades extensionistas. Todavia, atribui-se isso a mudança frequente do corpo técnico, algo que ocasionou atrasos, desinteresses e dificuldades nas tentativas de aproximação entre a UFLA e CRAS (Cruzeiro do Sul). Possíveis arranjos sociais por parte da Universidade foram, portanto, obstruídos em decorrência destas dificuldades de aproximação/diálogo. Neste contexto, a falta de continuidade de gestão técnica impossibilitou que houvesse uma qualificação nas oficinas que estaria a cargo da universidade aprimorando os equipamentos sociais locais.

Propõe-se que a Universidade Federal de Lavras construa uma relação próxima à Assistência Social por meio de um convênio articulado com os órgãos locais responsáveis, tais como a prefeitura, secretarias vinculadas ao desenvolvimento social entre outras, e a partir da construção desse convênio, que elaborem mecanismos que permitam a continuidade de projetos que sejam frutos dessa aproximação, além de impedir a descontinuidade destes devido às trocas de gestão administrativa, servidores, entre outros.

Quanto às limitações, este estudo enfrentou dificuldades na coleta de dados devido aos dados desatualizados ou errados presentes no CADUNI fornecido pelo CRAS Cruzeiro do Sul, sendo necessário, portanto, novas tentativas de entrevistas a fim de contemplar o maior número possível de cidadãos referenciados ao território de abrangência.

Sugere-se, ainda, que estudos futuros levem em consideração as problemáticas elencadas neste trabalho, tais como as eventuais mudanças da gestão administrativa, possíveis erros cadastrais por parte do poder público e, principalmente, a influência que a identificação dos perfis dos usuários de políticas públicas gera na elaboração das mesmas.

REFERÊNCIAS

- AMÂNCIO, J. M. **Parcerias entre Estado e sociedade civil: significados e desafios na gestão de políticas públicas. O caso da assistência social em São Paulo.** Campinas, SP, 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- AMARAL, H. K. Desenvolvimento de competências de servidores na administração pública brasileira. Brasília, **Revista do Serviço Público**, 57(4), p. 549-563, Out/Dez 2006.
- BOSCHETTI, Ivanete. **O SUAS e a Seguridade Social.** In: Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate – n. 2 (Suplemento) – Brasília: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005. p. 10-16.
- BRASIL. **Lei 12.435 de 6 de julho de 2011.** Altera a Lei 8.742 que dispõe sobre a organização da Assistência Social. 2011a.
- _____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Sistema Único de Assistência Social.** – Gráfica Brasil – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.
- _____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: CRAS que temos, CRAS que queremos.** – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010.
- _____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Monitoramento SUAS/CNAS. 29 slides. Disponível em: <<https://bit.ly/2JMO2tR>> Acesso em: 28 mar. 2019.
- _____. **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação: Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate.** – N. 33. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2018.
- _____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.
- CASTILHO, Cleide de Fátima Viana; CARLOTO, Cássia Maria. O familismo na política de Assistência Social: um reforço à desigualdade de gênero. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, 2010.
- CAVALCANTE, Pedro; RIBEIRO, Beatriz Bernardes. O Sistema Único de Assistência Social: resultados da implementação da política nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 6, p. 1459-1477, 2012.
- FERREIRA, Ana Maria. **Política de Assistência Social e Programas de Transferência de Renda: Particularidades de Juiz de Fora.** Dissertação de Mestrado – UFJF, 2007.
- FREY, K. 2000. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p.

211-259, jun. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acesso em: 27 de outubro de 2019.
LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 48, p. 101-110, 2013.

IBGE: População Estimada, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência em 1 de julho de 2019.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. **Revista Katálysis**, v. 13, n. 2, p. 173-180, 2010.

MIGUEL, J. V. et al. **Diagnóstico e formulação de políticas públicas em municípios abaixo de 50 mil habitantes: recomendações e instrumentos**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=ir00572a&AN=fgv.10438.10047&lang=pt-br&site=eds-live>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

NEVES, Marília Nogueira. Rede de atendimento social: uma ação possível. **Revista da Católica, Uberlândia**, v. 1, n. 1, p. 147-165, 2009.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **A assistência social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS**. Ser Social, Brasília, n.20, p.63-83, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/251/1624>. Acesso em: 27 de Novembro de 2019.

RAEDER, S. T. Oselieri. Ciclo de Políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 7, n. 13, p. 121-146, 2015.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. **São Paulo: Cengage Learning**, v. 133, 2010.

_____. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. **São Paulo: Cengage Learning**, 2014.

_____. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SELA, V. M. **A atuação dos atores no processo de formação da agenda de inclusão financeira no Brasil**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=ir00572a&AN=fgv.10438.18372&lang=pt-br&site=eds-live>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

SILVA, A. C. Z. **A Política Nacional De Assistência Social (PNAS) No Município De Lavras: Interfaces Da Proteção Social Básica (PSB)**, 2016. 44 p. Monografia (Graduação em Administração Pública) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.

SILVA, P. L. B; MELO, M.A.B. 2000. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes de avaliação de programas e políticas. **Cadernos de Pesquisa, nº 48**, UNICAMP, NEPP.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias, Porto Alegre**, ano 8, nº 16, Jul/Dez 2006, p. 20-45.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**, 2009.

TAVARES, Garcia. **O financiamento e os fundos de Assistência Social no SUAS**. In: Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate – n. 2 (Suplemento) – Brasília: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005. p. 22-26.

TEIXEIRA, Solange Maria. Família na política de assistência social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. **Revista de Políticas Públicas**, v. 13, n. 2, p. 255-264, 2009.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.

APÊNDICE B

Modelo de questionário aplicado para coleta de dados



PESQUISA DO PROJETO: GESTÃO PÚBLICA E FORMAÇÃO CIDADÃ: AÇÕES SOCIAIS DE DESENVOLVIMENTO FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE LAVRAS MG.

Pesquisa no Território de abrangência do Centro de Referência de Assistência Social Cruzeiro do Sul - Orientador do projeto: Prof. Dr. Denis Renato de Oliveira (UFLA) 35 3829-3130.

BLOCO I - PERFIL SOCIOECONÔMICO

Data da entrevista: 16/07/2015
Entrevistador: _____

- 1) Idade:
a. () menor que 18 b. () 18 a 25 anos c. () 26 a 40 anos d. () 41 a 60 anos e. () mais de 60 anos
- 2) Sexo: a. () Masculino b. () Feminino
- 3) Você se considera: a. () Branco b. () Negro c. () Pardo d. () Amarelo
e. () Indígena f. () Não declarado
- 4) Qual sua escolaridade? a. () Não alfabetizado b. () Ensino Fundamental c. () Ensino Médio
d. () Ensino Superior e. () Pós graduação f. () Não sei
- 5) Marque com um X os documentos que você possui?
a. () Certidão de nascimento b. () Identidade c. () CPF d. () Carteira de trabalho
e. () Título de eleitor f. () Certidão de casamento g. () Carteira de motorista
h. () Certidão de reservista i. () Cartão do cidadão/Bolsa Família

INFORMAÇÕES DA FAMÍLIA

1) Total de pessoas que residem na casa (incluindo você) 4

2) Todos os moradores possuem documento de identificação? a. () Sim b. () Não

3) Algum morador do domicílio possui deficiência? a. () Sim Quantos: _____ b. () Não

4) Em caso afirmativo, indique o tipo: a. () Deficiência Física b. () Deficiência visual c. () Deficiência mental
d. () Deficiência auditiva e. () outro: especificar _____

5) O grupo familiar de seu domicílio recebe o BPC (Benefício de Prestação Continuada)?
a. () Sim Quantos? _____ b. () Não c. () Não sei

6) O grupo familiar de seu domicílio é beneficiário do Programa Bolsa Família?
a. () Sim Valor: R\$ _____ b. () Não c. () Não sei

7) Possui gestantes no domicílio atualmente? a. () Sim b. () Não

8) Mora algum idoso no seu domicílio? a. () Sim Quantos? _____ b. () Não

9) Moram crianças na residência? (0 a 12 anos) a. () Sim Quantas? 2 b. () Não

10) Todas as crianças estão na escola? a. () Sim b. () Não

11) Moram adolescentes na residência? (13 a 17 anos) a. () Sim Quantas? _____ b. () Não

12) Todas as adolescentes estão na escola? a. () Sim b. () Não

13) O grupo familiar está cadastrado no Programa Saúde da Família (PSF)? a. () Sim b. () Não

14) Algum morador de seu domicílio toma algum tipo de medicamento? a. () Sim Qual? _____

15) Algum morador de seu domicílio possui problemas de saúde? a. () Sim Qual? Diabetes

16) Algum morador de seu domicílio é dependente químico? a. () Sim b. () Não

17) Algum morador de seu domicílio já fez ou faz algum tipo de tratamento?
a. () Sim Qual (is)? _____ Onde? _____ b. () Não

18) Qual é a profissão do principal responsável pelas despesas da casa? Trabalho Informal



PESQUISA DO PROJETO: GESTÃO PÚBLICA E FORMAÇÃO CIDADÃ: AÇÕES SOCIAIS DE DESENVOLVIMENTO FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE LAVRAS MG.

- 19) Qual a renda mensal (salário) do grupo familiar? (soma do rendimento de todos que contribuem na renda familiar)
 a. () Menos de 1 b. (X) De 01 a 03 c. () De 03 a 06 d. () De 06 a 10 e. () Mais de 10 Sal. Mínimos.
- 20) Quantas pessoas contribuem com a renda familiar? a. (X) 01 a 02 pessoas b. () 03 a 05 pessoas c. () Mais de 05
- 21) Quais são suas necessidades atualmente? (coloque em ordem de importância)
 a. () Cultura b. () Educação c. (X) Emprego d. () Esporte e. () Moradia f. () Saúde
 g. () Saneamento básico h. () Segurança i. () Outra
- Qual(is) _____

SITUAÇÃO DA MORADIA

- 1) Seu domicílio é: a. () Próprio - Quitado b. () Próprio - Financiado
 c. (X) Alugado d. () Cedido e. () Outra Condição. Qual? _____
- 2) Qual o tipo de construção é predominante no seu domicílio?
 a. (X) Alvenaria/ Tijolo com revestimento b. () Alvenaria / Tijolo sem revestimento
 c. () Madeira aparelhada d. () Outro material. Qual? _____
- 3) Quantos cômodos possui seu domicílio? 5
- 4) Quantos quartos possui seu domicílio? 2
- 5) Seu domicílio possui banheiro? a. (X) Sim b. () Não
- 6) De que forma é feito o escoamento do banheiro :
 a. (X) Rede coletora de esgoto b. () Fossa c. () Vala a Céu aberto
 d. () Direto para um rio, lago e. () Outro. Qual? _____
- 7) O imóvel apresenta risco de acidente aos moradores?
 a. () Sim. Por quê? _____ b. (X) Não
- 8) O lixo do seu domicílio: a. (X) É coletado diretamente b. () É coletado indiretamente
 c. () É queimando ou enterrado na propriedade
 d. () É jogado em um terreno baldio ou na rua
 e. () Tem outro destino. Qual? _____
- 9) Qual é a forma de iluminação utilizada no seu domicílio?
 a. (X) Elétrica e com medidor próprio b. () Elétrica com medidor comunitário
 c. () Elétrica sem medidor d. () Óleo, querosene ou gás e. () Vela
 f. () Outra forma. Qual? _____ g. () Não possui
- 10) Existe calçamento/pavimentação no trecho do logradouro(rua, avenida, etc.), em frente ao seu domicílio?
 a. (X) Total b. () Parcial c. () Não existe
- 11) Você possui computador em seu domicílio? a. (X) Sim b. () Não
- 12) Quantos moradores possuem celular em seu domicílio? a. () Nenhum b. (X) Um ou dois c. () Três ou mais
- 13) Possui internet em seu domicílio? a. (X) Sim b. () Não
- 14) Qual é o tipo de internet em seu domicílio?
 a. () Banda Larga b. () Discada c. (X) Via rádio d. () 3G e. () Wi-fi
- 15) Seu domicílio possui televisão? a. (X) Sim Quantas? 1 b. () Não possui
- 16) Possui TV por assinatura em seu domicílio? a. () Sim b. (X) Não
- 17) Algum morador de seu domicílio possui veículos automotores? a. (X) Sim b. () Não



PESQUISA DO PROJETO: GESTÃO PÚBLICA E FORMAÇÃO CIDADÃ: AÇÕES SOCIAIS DE DESENVOLVIMENTO FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE LAVRAS MG.

INFORMAÇÕES DO BAIRRO	
1) Local da sua residência: Bairro:	<u>Vila Nova</u>
2) O bairro onde mora NÃO possui alguma das opções abaixo? (caso seja necessário, marque mais de uma opção)	
a. () Asfalto	b. () Saneamento Básico
c. () Unidade Básica de Saúde (posto de saúde)	d. (X) CRAS
e. () Linha de ônibus	f. (X) Visita domiciliar pelo Agente de Saúde Pública
g. () Escola/creche	h. () Outros: Qual? _____
3) Qual a maior dificuldade da comunidade (seu bairro) atualmente? (Coloque em ordem de prioridade)	
a. () Creche	b. () Escola
c. () Furtos	d. () Hospital
e. () Pavimentação das ruas	f. (X) Drogas
g. () Violência	h. () Animais na rua
i. () Outro: Qual(s) _____	

Você conhece o CRAS Cruzeiro do Sul?
() Sim (X) Não
Se a resposta for SIM, passe para o BLOCO II
Se a resposta for NÃO, passe para o BLOCO III

BLOCO II – AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS

- 1) Você sabe onde o CRAS Cruzeiro do Sul está localizado?
 - a. () Sim
 - b. () Não
- 2) Você conhece os serviços que o CRAS Cruzeiro do Sul oferta para as famílias da comunidade?
 - a. () Sim
 - b. () Não
- 3) Já necessitou do CRAS Cruzeiro do Sul alguma vez, para algum serviço ou atendimento?
 - a. () Sim
 - b. () Não
- 4) Você já recebeu a visita da equipe do CRAS Cruzeiro do Sul em sua casa?
 - a. () Sim
 - b. () Não
 Se SIM, por qual motivo? _____
 Quando? _____
- 5) Você participa ou já participou de alguma atividade (oficina, palestra) ofertada pelo CRAS Cruzeiro Sul?
 - a. () Sim
 - b. () Não
- 6) Se SIM, qual (is) atividades? (caso seja necessário, marque mais de uma opção indicando o grau de prioridade)
 - a. () Violão.
 - b. () Cantinho de leitura.
 - c. () Capoeira.
 - d. () Oficina de brincar.
 - e. () Futsal feminino.
 - f. () Futsal masculino.
 - g. () Ginástica para idosos.
 - h. () Voleibol.
 - i. () Grupo de alfabetização.
 - j. () Oficina de artes
 - l. () Percussão.
 - m. () Outros: _____
- 7) Quanto ao espaço físico e organização das oficinas. O atendimento feito no CRAS foi satisfatório?
 - a. () Sim
 - b. () Não
- 8) O processo de inscrição para as oficinas foi satisfatório?
 - a. () Sim
 - b. () Não
- 9) O espaço físico oferecido nas oficinas foi suficiente e agradável aos usuários?
 - a. () Sim
 - b. () Não
- 10) Quanto as oficinas. Há domínio do conteúdo a ser passado?
 - a. () Sim
 - b. () Não
- 11) Há objetividade nas explicações para executar as atividades?
 - a. () Sim
 - b. () Não
- 12) Há esclarecimentos sobre as dúvidas dos usuários?
 - a. () Sim
 - b. () Não
- 13) É considerada as solicitações e opiniões dos usuários?
 - a. () Sim
 - b. () Não



PESQUISA DO PROJETO: GESTÃO PÚBLICA E FORMAÇÃO CIDADÃ: AÇÕES SOCIAIS DE DESENVOLVIMENTO FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE LAVRAS MG.

14) Os horários estabelecidos são adequados? a. () Sim b. () Não

15) Qual(is) atividade(s) você gostaria que o CRAS ofertasse que ainda não tem?

BLOCO III – PERFIL EDUCACIONAL

1) Marque com Grau de prioridade de 1 a 6 as palestras que participaria:

- a. () Aprenda a falar em público d. () Economia e reuso de água
 b. () Direitos do consumidor e. () Lixo: O que fazer com ele?
 c. () Importância de uma boa alimentação f. (X) Política e participação social

2) Marque com Grau de prioridade de 1 a 7 as oficinas que você participaria:

- a. () Teatro b. () Espanhol c. (X) Inglês d. () Dança e. () Artesanato
 f. () Culinária g. () Coral h. () Informática

3) Você conhece a UFPA e os cursos que ela oferece?

- a. (X) Sim b. () Não

4) Como ficou conhecendo a universidade?

- a. () Rádio b. () Televisão c. (X) Amigos d. () Escola e. () Panfletos f. () Internet g. () Outro:
 Qual: _____

5) Alguém em seu domicílio já participou de alguma palestra ou curso na UFPA?

- a. (X) Sim Qual(is) _____ b. () Não
 Em qual(is) ano(s)? 2019

6) Você sabe qual é a forma de ingresso na UFPA? a. (X) Sim b. () Não.

7) Tem interesse em ingressar no ensino superior?

- a. (X) Sim b. () Não

Se Sim, qual instituição? UFPA

Caso tenha interesse, qual o curso? _____

Porque? _____

8) As crianças e os adolescentes que moram no seu domicílio, têm disponibilidade e tempo para fazer algum curso ou atividade extraescolar? a. () Sim b. (X) Não

9) Qual seria o melhor horário? a. () Manhã b. () Tarde c. () Noite

10) Os adultos que moram no seu domicílio, têm disponibilidade e tempo para fazer algum curso ou atividade fora do horário de trabalho? a. () Sim b. (X) Não

11) Qual seria o melhor horário? a. () Manhã b. () Tarde c. () Noite

APÊNDICE C

Correspondentes de dados coletados na planilha Excel

CY106		1													
Questões		1PSEIDAD	2PSESEXO	3PSEERACA	4PSEESCO	5PSECDN	51PSECID	52PSECPF	53PSECT	54PSECTE	55PSECCC	56PSECM	57PSECR	58PSECC	
Família		1	2	3	4	5	5.1	5.2	5.3	5.4	5.5	5.6	5.7	5.8	
1		4	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	2	1	
2		3	2	1	2	1	1	1	1	1	1	2	2	1	
3		5	1	2	2	1	1	1	1	1	2	2	2	2	
4		2	2	2	3	1	1	1	1	1	2	2	2	2	
5		4	2	2	2	1	1	1	1	1	1	2	2	2	
6		5	2	3	2	1	1	1	1	1	2	2	2	2	
7		3	1	2	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
8		2	2	3	2	1	1	1	1	1	2	2	2	1	
9		2	2	2	2	1	1	1	1	1	2	2	2	2	
10		3	2	4	2	1	1	1	1	1	1	2	2	2	
11		4	2	2	2	1	1	1	1	1	2	2	2	1	
12		2	2	3	2	1	1	1	1	1	2	2	2	2	
13		4	2	3	2	1	1	1	1	1	1	2	2	1	
14		4	1	6	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
15		4	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	2	2	
16		3	2	2	2	1	1	1	1	1	2	2	2	1	
17		5	2	2	2	1	1	1	1	1	1	2	2	2	
18		5	1	6	2	1	1	1	1	1	1	2	2	2	
19		3	2	3	2	1	1	1	1	1	1	2	2	1	
20		3	2	3	2	1	1	1	1	1	2	2	2	1	
21		2	2	3	3	1	1	1	1	1	2	2	2	1	
22		4	2	2	3	1	1	1	1	1	2	2	2	1	
23		4	2	2	3	1	1	1	1	1	1	2	2	1	
24		4	2	2	3	1	1	1	1	1	1	2	2	1	
25	23*	4	2	2	3	1	1	1	1	1	1	2	2	1	
26	24	4	1	1	2	1	1	1	1	1	1	2	1	1	
27	25	4	2	2	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	
28	26	5	2	2	2	1	1	1	1	1	1	2	2	2	
29	27	2	1	1	3	1	1	1	1	1	2	1	1	2	
30	28	5	2	1	2	1	1	1	1	1	1	2	2	2	
31	29	3	2	2	2	1	1	1	1	1	2	2	2	1	
32	30	2	1	3	3	1	1	1	1	1	2	1	1	1	
33	31	4	2	2	3	1	1	1	1	1	2	2	2	2	
34	32	2	1	2	3	1	1	1	1	1	2	1	1	2	
35	33	3	2	3	5	1	1	1	2	1	2	1	2	2	
36	34	4	2	2	2	1	1	1	1	1	2	2	2	2	
37	35	2	2	3	3	1	1	1	1	1	2	2	2	1	
38	36	2	2	2	3	1	1	1	1	1	1	2	2	2	
39	37	5	2	4	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
40	38	3	2	3	3	1	1	1	1	1	2	2	2	1	
41	39	5	2	2	2	1	1	1	1	1	1	2	2	2	

questionários respondidos | não respostas | não encontrou | (+)